

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO NORTE

KELLY ALINE HIPÓLITO DE MEDEIROS

**RELAÇÕES DE GÊNERO E GESTÃO: UM ESTUDO SOBRE AS PRÓ-REITORAS
DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO NORTE (2009-2023)**

NATAL
2024

KELLY ALINE HIPÓLITO DE MEDEIROS

**RELAÇÕES DE GÊNERO E GESTÃO: UM ESTUDO SOBRE AS PRÓ-REITORAS
DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO NORTE (2009-2023)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, na Linha de Formação Docente e Práticas Pedagógicas em Educação Profissional, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de mestra em Educação.

Orientadora: Dra. Ilane Ferreira Cavalcante

NATAL

2024

Medeiros, Kelly Aline Hipólito de
M488r Relações de gênero e gestão: um estudo sobre as pró-reitoras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (2009-2023) / Kelly Aline Hipólito de Medeiros. Natal, 2024.
93 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, 2024.
Orientadora: Prof.a. Dr.a Dra. Ilane Ferreira Cavalcante

1. Relações de gênero. 2. Relação social. 3. Gestão. 4. IFRN. I. Ilane Ferreira Cavalcante. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal.

CDU 305-055.2(81):371.2

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO NORTE

KELLY ALINE HIPÓLITO DE MEDEIROS

**RELAÇÕES DE GÊNERO E GESTÃO: UM ESTUDO SOBRE AS PRÓ-REITORAS
DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO NORTE (2009-2023)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, na Linha de Formação Docente e Práticas Pedagógicas em Educação Profissional, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de mestra em Educação.

Dissertação apresentada e aprovada em 12/09/2024 pela seguinte Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente



ILANE FERREIRA CAVALCANTE
Data: 05/12/2024 09:29:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ilane Ferreira Cavalcante, Dra. – Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Documento assinado digitalmente



MARIA LUISA FURLAN COSTA
Data: 12/12/2024 10:45:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria Luísa Furlan Costa, Dra. – Examinadora Titular Externa
Universidade Estadual de Maringá

Documento assinado digitalmente



NATALIA CONCEICAO SILVA BARROS CAVALCANTE
Data: 16/12/2024 19:33:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti, Dra. – Examinadora Titular Interna
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Documento assinado digitalmente



FRANCINAIDE DE LIMA SILVA NASCIMENTO
Data: 16/12/2024 10:08:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Francinaide de Lima Silva Nascimento, Dra. – Examinadora Suplente Interna
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Lidiane de Medeiros Lucena Saraiva, Dra. – Examinadora Suplente Externa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Documento assinado digitalmente



LIDIANE DE MEDEIROS LUCENA SARAIVA
Data: 12/12/2024 12:44:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

À minha tia, Maria do Céu, *in memoriam*, por ter acreditado até o último momento de sua vida que tudo isso seria possível.
À minha filha, Maria Luísa, *in memoriam*, pois sei que ela esteve ao meu lado durante todo esse processo.

AGRADECIMENTOS

À espiritualidade, por guiar meus passos por caminhos tão doces. Por, mesmo nos dias em que me sinto impotente, saber que existem seres, divindades e entidades que me protegem de forma tão sábia. Jamais serei capaz de agradecer à altura.

Deixo aqui um agradecimento particular à minha mãe espiritual, a doce e guerreira Yabá Oyá. Por tudo que apenas eu e ela sabemos, por todas as vezes em que estive cansada e ela me fez compreender a força que há em mim. Não há como admirar Oyá e ignorar toda a força que irradia dela.

À minha mãe, a primeira e mais importante mulher da minha vida. Pelas incontáveis vezes que repetiu “Estude para ter um futuro melhor que o meu”, e dessa forma ter me feito sonhar e buscar um presente e futuro melhor para nós.

Às minhas tias, Marisa e Maria do Céu, mulheres extraordinárias que nos deram suporte em momentos difíceis e nos deram condições para efetivamente ter uma vida digna. Muito do que sou hoje devo a vocês!

À minha irmã, por todas as vezes que disse que sou louca por estudar tanto. Você também é louca à sua maneira, afinal, quem estuda algoritmos por prazer? Mas as melhores pessoas são loucas e sua loucura ajudou a manter um pouco a minha lucidez.

Ao meu padrasto, por ter sido meu verdadeiro exemplo de pai em todos esses anos em que está caminhando ao lado de minha mãe, e por ter trabalhado tanto para nos dar condições físicas e financeiras de estudar.

À Maria Luísa, cujo tempo comigo foi curto, mas o suficiente para que eu pudesse compreender o que é amar outro ser incondicionalmente. Você mudou minha maneira de enxergar o mundo, minha doce menina.

À minha esposa, Cristiane Cruz, por não ter permitido que eu desistisse do processo seletivo que culminou nessa jornada. Tudo isso tem um pouco de você e da sua fé na minha capacidade de conquistar lugares incríveis.

À Tanireide Cruz, minha cunhada e amiga, que sempre me presenteia com momentos de conversas cúmplices e sorrisos largos. Pelas incontáveis vezes que compartilhou um pouco de sua inteligência e me impulsionou a buscar voos mais altos.

Aos colegas de curso, pelas discussões diárias que culminaram no maior aprofundamento de temas tão pertinentes aos nossos estudos. Pelos momentos de descontração que arrancaram tantas risadas durante estes anos.

Ao corpo docente do PPGEF, em especial à professora Ana Lúcia Sarmiento Henrique, pessoa que considero minha mãe no mestrado e que me encheu de carinho sempre que pôde. Sou muito grata por tudo que aprendi com nossa convivência.

Às entrevistadas, pelo tempo concedido à realização das entrevistas. Agradeço também pela partilha generosa durante todo o processo de coleta do corpus de análise, bem como por todos os risos e lágrimas que compartilhamos durante este processo. Todas são mulheres incríveis!

Ao grupo de pesquisa Observatório da Diversidade, do qual faço parte, por me munir de referências e reflexões imprescindíveis à escrita desta dissertação. Agradeço, em especial à professora Francinaide de Lima Silva Nascimento, que, além de fazer parte do grupo de pesquisa, me presenteou com a leitura de alguns dos capítulos deste estudo.

À minha orientadora, Dra. Ilane Ferreira Cavalcante, por ter ressignificado a visão que eu tinha sobre a relação orientadora-orientanda. Por ter me ensinado não só sobre produção científica, mas também sobre como ser exigente sem perder a doçura. Seu olhar carinhoso foi essencial nesta jornada e sempre serei grata por isso!

Às professoras participantes da banca examinadora, Dras. Natália, Maria Luísa, Francinaide e Lidiane, pelo tempo concedido à leitura deste estudo, bem como pelos olhares que contribuíram para a lapidação desta dissertação. Além disso, o aceite em participar deste momento proporcionou algo que eu desejava há muito: uma banca composta apenas por mulheres. Muito obrigada!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de Demanda Social, que possibilitou minha dedicação exclusiva nesta jornada.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, minha segunda casa, lugar onde eu sempre me sinto acolhida e pretendo atuar no futuro.

Ao presidente Lula, por ter dado as condições para que aquele meu sonho de cursar uma graduação deixasse de ser apenas um sonho. Por ter olhado para as minorias – que são, na verdade, maioria – e ter feito do Brasil um país mais justo.

(...) por que [os homens] se interessam tanto em nos separar das ciências a que temos tanto direito como eles, senão pelo temor de que partilhemos com eles, ou mesmo os excedamos na administração dos cargos públicos, que quase sempre tão vergonhosamente desempenham?

(Floresta, 2010, p. 94)

RESUMO

Este estudo trata-se de uma pesquisa feminista, de cunho exploratório e abordagem qualitativa. Objetivou compreender se as relações de gênero interferem na trajetória profissional das mulheres pró-reitoras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), de 2009 a 2023. Para tanto, os objetivos específicos são: entender a história das mulheres no IFRN; conhecer a trajetória pessoal e profissional das gestoras que atuam/atuaram na gestão centralizada do instituto à luz de seus relatos; e identificar a perspectiva que as mulheres gestoras apresentam acerca das relações de gênero e poder em sua trajetória na instituição. O aporte teórico foi construído priorizando estudos desenvolvidos por mulheres, entre os quais estão: Bosi (1994), Hooks (2008), Esteban (2010), Floresta (2010), Minayo (2014), Saffioti (2015), Kergoat (2017), Butler (2018), Beauvoir (2019), Federici (2017, 2019), Woolf (2019) e Périvier (2023). O percurso metodológico compreendeu a revisão bibliográfica (Deslauriers; Kérisit, 2020; Minayo, 2014), a realização de entrevistas com seis mulheres que atuam e/ou atuaram em cargos de pró-reitoria no IFRN através do método das narrativas de si (Josso, 2007; Passeggi, 2017) e a análise do corpus textual por meio da Análise Textual Discursiva (Moraes; Galiuzzi, 2006; Moraes; Galiuzzi, 2016). Os resultados obtidos evidenciaram que as relações de gênero interferem na trajetória pessoal e profissional das mulheres pró-reitoras. Os relatos das mulheres entrevistadas dão conta, em diversos momentos, de situações em que os gestores da reitoria (pró-reitores) – homens e mulheres – foram submetidos a tratamento diferente em razão de seu gênero. Ademais, as violências sofridas pelas pró-reitoras são, em sua maioria, veladas, e as ações dos setores responsáveis pela integridade dos servidores – homens e mulheres – ainda não são suficientes no combate a essas práticas.

Palavras-chave: Relações de gênero; Relação social; Gestão; IFRN.

ABSTRACT

This is a feminist, exploratory study with a qualitative approach. It aimed to understand whether gender relations interfere in the professional career of women managers at the Rectory of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte (IFRN), from 2009 to 2023. The objectives are to understand the history of women at the IFRN; to learn about the personal and professional paths of the women managers who work or used to work in the rectory according to their reports; and to identify the perspective that women managers present on gender and power relations in their trajectory in the institution. The theoretical framework was built prioritizing studies developed by women, including Bosi (1994), Hooks (2008), Esteban (2010), Floresta (2010), Minayo (2014), Saffioti (2015), Kergoat (2017), Butler (2018), Beauvoir (2019), Federici (2017, 2019), Woolf (2019) e Périvier (2023). The methodological approach included a literature review (Deslauriers; Kérisit, 2020; Minayo, 2014), interviews with six women who work and/or have worked in pro-rector positions at the IFRN using the self-narrative method (Josso, 2007; Passeggi, 2017) and analysis of the textual *corpus* using Discursive Textual Analysis (Moraes; Galiazzi, 2006; Moraes; Galiazzi, 2016). The results showed that gender relations interfere in the personal and professional trajectories of women managers in the rectory. The reports of the women interviewed showed, several situations in which the managers of the rectory – pro-rectors (men and women) – received different treatments according to their gender. In addition, the violence suffered by female deans is mostly veiled and the sectors responsible for the integrity of institutional workers (men and women) are still not enough to these practices.

Keywords: Gender relations; Social relations; Management; IFRN.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 –	Composição dos órgãos superiores dos IFs.	26
Quadro 02 –	Tipificação das pró-reitorias do IFRN.	28
Figura 01 –	Organograma de referência para a reitoria.	28
Quadro 03 –	Potiguares e suas contribuições ao processo eleitoral brasileiro.	32
Quadro 04 –	Instâncias do gênero enquanto categoria histórica.	36
Figura 02 –	Hierarquia social de acordo com os gêneros.	44
Quadro 05 –	Nomeações femininas, por governo, nos Ministérios e nas Secretarias Estaduais (SE) do RN.	46
Figura 03 –	Alunas e diretoras da Escola Bento Ribeiro.	49
Quadro 06 –	Artes ensinadas no Curso Profissional Feminino da Escola Profissional Feminina Rivadávia Corrêa.	50
Figura 04 –	Composição do Curso Técnico Profissional da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha.	51
Figura 05 –	Critérios de seleção dos artigos.	53
Quadro 07 –	Artigos selecionados para análise.	53
Gráfico 01 –	Autoria dos artigos estudados divididos por sexo.	55
Quadro 08 –	Informações das mulheres entrevistadas.	59
Quadro 09 –	Categorias de análise do corpus.	64

LISTA DE SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
AD	Análise do Discurso
ATD	Análise Textual Discursiva
AUD-GE	Auditoria Geral
CAAE	Certificado de Apresentação para Apresentação Ética
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CEFETS	Centros Federais de Educação Tecnológica
CGD	Comitê de Governança Digital
CGER	Comitê Gerencial vinculado à Política de Gestão de Riscos
CGEST	Comitê de Gestão Estratégica vinculado à Política de Gestão de Riscos
CGU	Controladoria Geral da União
CIS-PCCTAE	Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação
CODIR	Colégio de Dirigentes
CONSEPEX	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUP	Conselho Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
EP	Educação Profissional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Instituto Federal
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
MEC	Ministério da Educação
MPF	Ministério Público Federal
PROJU	Procuradoria Jurídica
RN	Rio Grande do Norte
SE	Secretarias Estaduais
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TCU	Tribunal de Contas da União
UGI	Unidade de Gestão de Integridade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Das motivações pessoais	13
1.2 Dos delineamentos e considerações éticas da pesquisa	19
1.3 O lócus da pesquisa: a reitoria do IFRN	26
2 GÊNERO, TRABALHO E EDUCAÇÃO	30
2.1 Mas, afinal: o que é gênero?	30
2.2 O proletariado do proletariado	38
2.3 Implicações de ser gestora	45
3 BREVE PANORAMA DAS MULHERES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	48
3.1 As escolas profissionais femininas no brasil	48
3.2 A produção científica sobre mulheres e educação profissional	52
4 HISTÓRIAS DE SI: FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E GESTÃO	57
4.1 As protagonistas desta narrativa	57
4.1.1 Eu me levanto/De um passado enraizado na dor	59
4.1.2 Para um amanhecer maravilhosamente claro/Eu me levanto	60
4.1.3 Meu atrevimento te perturba?/O que é que te entristece?	61
4.1.4 Sou um oceano negro, vasto e pulsante	61
4.1.5 Minha altivez te ofende?/Não leve tão a sério	62
4.1.6 Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar	63
4.2 A análise textual discursiva aplicada às entrevistas	63
4.2.1 Ser gestora sendo mulher	64
4.2.2 Violência e preconceito de gênero	66
4.2.3 Atuar no IFRN	68
4.2.4 Atuar na gestão na reitoria do IFRN	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	
APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE ÁUDIO	
APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM	
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA	

1 INTRODUÇÃO

1.1 Das motivações pessoais

Regresso para mim
e de mim falo
e desdigo de mim
em reencontro

os pontos
um por um

a boca
o sabor

ou os meus ombros

Trago para fora
o que é secreto
vantagem de saudade
o que é segredo

Retorno para mim
e em mim toda
desencontro já o meu regresso

(Horta, 2015, p.13)

Começo esta dissertação com “Regresso”, poema de Maria Teresa Horta¹, que abre o livro intitulado *Minha senhora de mim*, da mesma autora, publicado pela primeira vez em 1971. Utilizo-me das palavras de Flores e Cavalcante (2023) para pontuar que a intenção em trazer essa obra logo no início é demarcar para o leitor que neste estudo “é a voz feminina que vai imperar”. Esse movimento se constrói agora, ao narrar, ao longo do estudo, as minhas vivências, a história das mulheres a partir de olhares, preferencialmente, femininos e na última seção quando as narrativas das mulheres gestoras serão trazidas e analisadas.

Assim como no poema mencionado, parto de mim neste momento inicial para, ao fim deste estudo, retornar para mim, dessa vez modificada pelas reflexões e partilhas de experiências com as entrevistadas. O iniciar desse movimento, no

¹ Maria Teresa Horta nasceu em 1937 e é uma escritora portuguesa cuja obra é amplamente estudada em Portugal e no Brasil. Atua na luta feminista, sobretudo na causa que trata do lugar das mulheres na literatura e na política. A autora não se rendeu ao sistema patriarcal e suas obras tratam de temas tidos como inapropriados para mulheres, como a sexualidade feminina, o erotismo e a revolução (Poubel; Pereira, 2020). Conceição Flores (2015, p. 9) afirma que Horta é “senhora de uma dicção poética assumidamente libertária e feminista”.

entanto, não pode ocorrer sem um olhar para o que veio antes, para as mulheres que me deram bases para ser quem sou. Sendo assim, contarei um pouco de minha história, trazendo ao diálogo algumas dessas mulheres a quem chamo carinhosamente de minhas quatro Marias: minha avó, uma de minhas tias, minha mãe e minha filha.

Em um primeiro momento parece simples a justificativa para um estudo feminista ser desenvolvido por uma mulher. No entanto, estando desse lado da dualidade homem-mulher, qualquer justificativa toma caminhos complexos. É necessário resgatar algumas memórias e reviver alguns acontecimentos, por vezes dolorosos, a fim de compreender essa escrita que é, sob o meu ponto de vista, muito mais política que puramente acadêmica.

Venho de uma família tradicional à luz da moral cristã, de Currais Novos², interior do Rio Grande do Norte (RN), no que diz respeito às concepções do que é certo ou errado, com um respeito excessivo pelo que os homens da família pensam. Convivi desde muito cedo com mulheres fortes que não se caracterizam como feministas, mas travaram suas próprias lutas e contribuíram para a formação do meu pensamento crítico sobre o papel das mulheres em nossa sociedade.

A primeira mulher que gostaria de destacar é minha avó, Josefa Maria, que hoje, em 2024, tem 83 anos e que foi a primeira da minha família a se separar do marido. A decisão da separação foi resultado do desejo de se libertar da vida que tinha: casada com um homem que não a respeitava, morando em um sítio afastado da cidade e mãe de nove filhos. Minha avó conseguiu se separar do meu avô, mas sei que essa não é a realidade de muitas mulheres de sua época. Apesar de ter conseguido se separar, ela nunca conseguiu se divorciar, mesmo após a Lei n.º 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que tornou possível o divórcio no Brasil (Brasil, 1977); ou seja, hoje o estado civil de minha avó é viúva.

Minha avó conseguiu trilhar seu caminho longe do meu avô e até hoje, mais de 40 anos depois, ainda é estigmatizada por uma série de motivos: se separou em uma

² Currais Novos é uma cidade localizada na microrregião Seridó oriental. De acordo com o último censo disponível, possui área de unidade territorial de 864.349 km² e 41.313 habitantes (IBGE, 2022). A cidade tem forte tradição católica como herança direta do Coronel Cipriano Lopes Galvão, que iniciou o desenvolvimento agropecuário na área onde os primeiros povoados que deram origem a Currais Novos começaram (Currais Novos, 2022). Além disso, antes de falecer, o Coronel pediu ao seu filho mais velho que construísse uma capela em homenagem à Sant'Ana, padroeira da cidade, sendo essa construída em 1808. Com o crescimento dos povoados, a capela tornou-se pequena e foi demolida para que fosse iniciada a construção da igreja Matriz de Sant'Ana (Currais Novos, 2022).

época em que essa não era uma prática comum, se relacionou durante alguns anos com um homem que tinha metade de sua idade e não renunciava ao batom vermelho e unhas bem-feitas. Por outro lado, meu avô teve uma vida tranquila, conheceu outras mulheres e jamais foi desrespeitado por isso, pelo contrário, foi homenageado até o último momento de sua vida.

A próxima mulher que gostaria de trazer para este momento é minha tia Maria do Céu, uma das pessoas para quem esta dissertação é dedicada e que, infelizmente, não está mais nesse plano. Cresci ouvindo minha tia e minha mãe falando de um homem chamado Fabrício, mas só consegui entender quem ele era quando já estava na fase da adolescência. Minha tia e Fabrício tiveram um relacionamento quando ela era bem jovem e os relatos que ouvi da minha mãe e de outras tias é de que ele foi violento com ela em diversos momentos. Minha tia engravidou dele e entrou em desespero; ela não queria um filho daquele homem que a machucava tanto e, por isso, resolveu fazer um aborto.

O meio para fazer esse aborto foi recorrer a uma farmácia e realizar o procedimento em casa. Minha mãe relata que minha tia passou por diversas complicações durante esse aborto: as dores eram fortes demais e a hemorragia assustadora para quem estava sozinha em casa. Em uma das poucas conversas que tive com minha tia sobre esse assunto ela disse que foi a pior dor que sentiu, porém não se arrependeu. Algum tempo após esse episódio, minha tia se organizou para fugir de Fabrício; foram dias planejando uma fuga que aconteceu em uma madrugada na qual ele estava trabalhando. Ela finalmente estava livre daquela rotina abusiva.

Lembro-me até hoje de um dia em que, após 20 anos da fuga da minha tia, minha mãe entrou em casa assustada dizendo que Fabrício havia passado em frente à casa em que morávamos. A imagem de minha tia assustada ainda é bem nítida em minha mente, assim como uma atitude que ela teve após esse dia: retirar um quadro dela que estava na sala de casa e que dava para ver pela janela da sala, uma vez que o muro era baixo. Alguns anos depois, uma amiga de minha tia que conhecia Fabrício nos deu uma notícia: ele havia morrido. Nesse dia comemoramos a chegada da liberdade que minha tia tanto sonhava, pois agora ela podia andar pela cidade sem medo de encontrá-lo.

Não poderia deixar de citar minha mãe, Maria Célia, mulher que começou a trabalhar aos 14 anos e por isso não conseguiu estudar. O relacionamento dela e do meu pai foi conturbado desde o início, com momentos em que meu pai a trancava em

casa para que ela não pudesse sair enquanto ele estava em festas com outras mulheres. Quando eu nasci meu pai demonstrava muito orgulho de mim, talvez por eu ter a fisionomia muito semelhante à dele. Isso não aconteceu quando minha irmã nasceu: meu pai começou a reforçar o discurso de que ela não era sua filha.

Segundo minha mãe, ele apenas buscou um motivo para ir embora, uma vez que havia se cansado dela. Minha mãe começou nesse momento uma luta para criar sozinha duas filhas, eu com três anos e minha irmã ainda bebê. Lembro-me de ser espectadora de momentos em que a minha mãe atuou como faxineira, bordadeira, cozinheira, lavadeira de roupas, cuidadora de idosos e babá. Diante das dificuldades financeiras, que eram comuns até os meus 12 anos, precisávamos nos mudar de tempos em tempos e, por vezes, a única opção era morar na casa de uma das minhas duas tias, irmãs da minha mãe.

Após esse período, meu avô materno faleceu e nos deixou uma casa. Foi um momento triste que veio acompanhado de um alívio para minha mãe. Ela finalmente não precisava ter que escolher entre pagar o aluguel ou comprar a comida. Um dos nossos problemas estava resolvido e foi nessa época que comecei a ter noção de que precisava estudar para dar o mínimo de dignidade para minha mãe e minha irmã.

Algum tempo depois, minha mãe conseguiu um emprego como faxineira em uma casa de pessoas ricas da cidade e mal nos víamos. Ela ia para o trabalho cedo e chegava tarde todos os dias, mas passamos a ter condições melhores. Nesse período minha mãe conheceu um homem chamado Neto, um pedreiro carismático que hoje é meu padrasto e minha referência de figura paterna. A partir de então, éramos minha mãe, meu padrasto, minha irmã e eu. As contas começaram a ficar mais leves e os sorrisos mais frequentes.

Aos dezesseis anos, estava estudando para prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) quando conheci meu primeiro namorado. Apesar de minha vida girar em torno dos estudos para a aprovação no ENEM, comecei a me relacionar com ele para parecer um pouco mais normal, uma vez que sempre fui a garota esquisita que estudava demais e não ansiava por ter um namorado como as minhas amigas. Antes de finalizar o ensino médio, porém, veio uma novidade: um teste de gravidez positivo.

Lembro que nesse período eu e meu namorado discutimos várias vezes por ele não querer aquela criança. Ele afirmava que não ficaria comigo se eu resolvesse seguir adiante com a gestação e que era novo demais para uma responsabilidade

daquelas. Dois meses depois, no entanto, sofri um aborto espontâneo e perdi minha filha, Maria Luísa. Esse foi um dos momentos mais dolorosos por que passei, inclusive porque foi um momento também muito solitário. Sentia-me sozinha em meio às inúmeras pessoas que me rodeavam com olhares julgadores e um namorado que achava besteira o meu sofrimento.

Ainda assim, passei seis anos naquele relacionamento. Moramos juntos boa parte desse tempo e descobri um lado dele ainda pior. Nossa convivência era cheia de discussões sobre a roupa que eu tinha que vestir, sobre o que eu podia ou não falar quando estávamos na companhia de outras pessoas e sobre ele me achar gorda demais quando eu pesava menos de 50kg. O que começou sem sentimentos de minha parte tornou-se algo que me gerou os piores sentimentos. Foram momentos de agressões psicológicas e sexuais que minha mente parece bloquear até hoje para me proteger.

Em 2016, ainda vivendo aquele relacionamento, fui aprovada para o Curso Superior de Licenciatura em Química, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), *Campus* Currais Novos. Meu primeiro grande objetivo foi alcançado e eu não poderia estar mais feliz; minha mãe teria a primeira filha matriculada em um curso superior. No entanto, ainda tinha muitos obstáculos a percorrer até conseguir meu diploma: além das horas de dedicação à faculdade, precisava lidar com o machismo de colegas de turma e de professores.

Em um primeiro momento, alguns comentários sutis me deixaram pensativa. Vinham de colegas de turma e professores, todos do sexo masculino, e afirmavam existir uma notável diferença entre a capacidade de homens e mulheres enxergarem representações em três dimensões em livros e no quadro. Alguns dos comentários mais machistas e misóginos que eu pude ouvir me deixaram fora de mim. Ao que parece, para eles, as professoras que exigiam mais de seus alunos deviam ser “mal-amadas” – para não utilizar outra expressão ainda mais perversa e chula – e que muito provavelmente precisavam “arrumar um homem” para si porque deviam ser solteiras.

Lembro-me também de uma situação que aconteceu com a professora que foi minha orientadora de estágio curricular supervisionado e que hoje é minha amiga. Em uma de suas aulas, em que ela estava falando sobre a história da educação no Brasil, um dos alunos disse que iria filmar a aula e mandar o vídeo para o Ministério Público, pois, segundo ele, ela estava doutrinando os alunos ao falar da educação no governo Lula. No outro dia, essa professora teve uma crise de choro e falou inclusive em se

afastar do *campus* por um tempo. Nada foi feito sobre isso e o aluno, além de não ser chamado a atenção, continuou com um comportamento agressivo com essa e outras professoras.

Quando penso nas minhas vivências pessoais durante a graduação, a pior situação que me lembro de passar foi ao tentar entender um cálculo de química quântica. Ao me dirigir a um professor e questionar o motivo daquele resultado, a resposta que recebi foi: “Eu não vou te explicar, você não vai entender”. Apesar desse episódio, fui uma das três pessoas que conseguiu concluir a disciplina sem precisar fazer prova final, sendo também a única mulher.

Pensei em desistir daquele curso em diversos momentos, pois eu não aguentava mais os olhares duvidosos e os comentários machistas. Nesses momentos, encontrava força em algumas professoras com quem tinha mais proximidade e no meu orientador de monografia. Uma dessas professoras me disse algo que até hoje reverbera em minha mente em momentos de dificuldades: “Nós somos mulheres, Kelly. Somos mais fortes do que você imagina”. Essa professora tem um pouco de mérito naquele diploma que hoje se encontra em minha estante e na professora que venho me tornando.

Além dessas situações que vivenciei, comecei a observar a maneira como os cargos de gestão eram distribuídos no *campus*³. Dois pontos que me chamaram a atenção foram: a coordenação de extensão sempre esteve ocupada por mulheres ao passo que a coordenação do Programa Mulheres Mil⁴ era ocupada por um homem. Além disso, durante o período em que cursei a Licenciatura em Química, os cargos de direção geral e acadêmica, os principais cargos de gestão em cada *campus*, sempre foram ocupados por homens.

Próxima de finalizar a graduação e precisando dar conta dos últimos componentes curriculares obrigatórios, só tinha disponibilidade de trabalhar nas análises laboratoriais da minha monografia durante a noite. Foi nesse período que eu e meu namorado tivemos nossa última briga: ele me comunicou que eu deveria parar minha faculdade e ficar mais tempo em casa. Além disso, começou a afirmar que eu

³ Essas observações são do período de 2016, ano em que iniciei minha graduação, até março de 2020, momento em que o calendário acadêmico do IFRN foi suspenso em razão da pandemia da COVID-19.

⁴ O Programa Mulheres Mil foi instituído a partir da Portaria n.º 1.015, de 21 de julho de 2011, do Ministério da Educação e Cultura e tem como objetivo fornecer formação profissional e tecnológica para mulheres em situação de vulnerabilidade social (Brasil, 2011).

estava tendo um caso com o meu orientador, já que o admirava tanto. Foi durante essa briga que resolvi dar um basta naquele relacionamento.

Além das minhas experiências pessoais, durante a graduação, tive a oportunidade de trabalhar com a professora Daniela Cunha Terto em um projeto de pesquisa intitulado “Relações de gênero na docência: um estudo sobre a percepção das/dos docentes no IFRN, *Campus Currais Novos*”. Nesse projeto, tivemos como objetivo analisar as percepções das/dos docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), *Campus Currais Novos*, acerca das relações de gênero no ambiente de trabalho. Todas essas experiências me aproximaram ainda mais das discussões sobre relações de gênero e despertaram o meu interesse em estudar esse tema no ambiente acadêmico.

O contato com leituras feministas começou a guiar os meus objetivos acadêmicos. Beauvoir (2019) discute o protagonismo da autoria da história feminina e afirma que ela foi construída por homens. Da mesma forma, Woolf (2019, p. 30) questiona “Vocês têm alguma noção de quantos livros são escritos sobre mulheres em um ano? Têm noção de quantos são escritos por homens?”. É nesse trilhar que se encontra ancorada a pertinência de que mulheres estudem sua história. Conforme defendido por Cixous (2022, p. 41):

É preciso que a mulher se escreva: que a mulher escreva sobre a mulher, e que faça as mulheres virem à escrita, da qual elas foram afastadas tão violentamente quanto o foram de seus corpos; pelas mesmas razões, pela mesma lei, com o mesmo objetivo mortal. É preciso que a mulher se coloque no texto – como no mundo, e na história –, por seu próprio movimento.

Assim, neste estudo, me proponho a contar uma parte da história das mulheres na Educação Profissional do IFRN, em especial as vivências das pró-reitoras. Dessa maneira, pretendo “colocar no texto” as suas falas e trazer luz ao que por vezes fica guardado em lugares esquecidos de sua memória. Além disso, espero que, em alguma medida, as relações de gênero e poder e os desafios enfrentados por mulheres que atuam em pró-reitorias do IFRN possam ser conhecidos e sua presença seja mais igualitária.

1.2 Dos delineamentos e considerações éticas da pesquisa

Esta pesquisa⁵ teve como objetivo geral compreender se as relações de gênero interferem na trajetória profissional das mulheres gestoras das pró-reitorias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Para tanto, os objetivos específicos foram: entender a história das mulheres no IFRN; conhecer a trajetória pessoal e profissional das gestoras que atuam/atuaram nas pró-reitorias do instituto à luz de seus relatos; e identificar a perspectiva que as mulheres gestoras apresentam acerca das relações de gênero e poder em sua trajetória na instituição.

A pesquisa detalhada possui características metodológicas que precisam ser evidenciadas logo no início, entre elas o fato de tratar-se de um estudo de cunho exploratório e abordagem qualitativa. É exploratória pois teve o objetivo de conhecer as estruturas de poder na reitoria da instituição através do diálogo com mulheres que vivenciam essa realidade, ou seja, objetivou criar familiaridade com o objeto estudado, como afirma Gil (2002) e Silveira e Córdova (2009). Nosso estudo, como a maioria das pesquisas exploratórias (Gil, 2002), contou com um percurso investigativo que envolveu um levantamento bibliográfico, a realização de entrevistas com pessoas que vivenciam a realidade estudada e a análise dessas entrevistas.

Além disso, tem abordagem qualitativa pois, conforme Silveira e Córdova (2009), “não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”. Esteban (2010) afirma que, com o aumento de estudos que versam sobre questões sociais como gênero, raça e classe, uma nova característica é assumida pela pesquisa qualitativa: a flexibilidade. Essa especificidade nesta pesquisa foi possibilitada não somente durante o processo de entrevistas, quando as mulheres gestoras puderam refletir sobre suas vivências, mas também durante o processo de análise, quando as pesquisadoras refletiram sobre essa realidade.

Nesse sentido, Minayo (2014, p. 57) afirma que a pesquisa qualitativa

permite desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação. Caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo em estudo.

⁵ O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFRN (CEP/IFRN) em 03 de julho de 2023 e aprovado no dia 18 do mesmo mês, tendo sido atribuído o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) de número 71240723.1.0000.0225.

Este estudo é também classificado como uma pesquisa feminista que, conforme Bruschini (1992), carrega em sua essência uma posicionalidade, ou seja, trata-se de uma pesquisa para mulheres e que busca atender às demandas desse público. Nesse sentido, contribui para atender uma demanda das mulheres quando se preocupa em evidenciar as estruturas de poder presentes no IFRN em razão da categoria gênero.

O conjunto de técnicas empregadas nas pesquisas feministas, também conhecido como metodologias feministas, devem, portanto, convergir para o desenvolvimento de um estudo que se atenta não somente para o resultado final da pesquisa, mas para o caminho trilhado em busca do produto final. Apesar de serem consideradas igualmente válidas as várias abordagens de pesquisa, Narvaz e Koller (2006) esclarecem que as abordagens qualitativas são classicamente utilizadas nesse tipo de pesquisa.

Para além disso, as metodologias feministas assumem como objetivo comum a promoção de mudanças, o resgate das experiências femininas e o uso de análises e linguagens não sexistas (Eichler, 1988), bem como o empoderamento das mulheres. É necessário, no entanto, observar o que é compreendido como uma conduta sexista para assim poder pensar uma linguagem não sexista.

De acordo com Almeida (1998, p. 44-45), uma conduta sexista diz respeito a um tipo de conduta que

consiste em atribuir às diferenças anatômicas e fisiológicas de homens e mulheres correspondentes diversificações ou aptidões para o exercício de determinadas funções sociais e no mundo do trabalho, num prejulgamento do que é adequado para cada sexo. O processo de imputar para homens e mulheres determinismos sexuais biologicamente herdados implica a existência de uma ditadura de gênero para os dois sexos que, infalivelmente, leva à hierarquia do masculino sobre o feminino, numa escala axiológica na qual as fêmeas sempre saem perdendo, dado que as atividades masculinas sempre foram consideradas de primeira ordem e as femininas, de segundo escalão.

Tendo compreendido do que se trata uma conduta sexista, foi preciso pensar em métodos de pesquisa que dialogassem com a pesquisa feminista e que permitissem um olhar ainda mais aprofundado sobre os discursos das mulheres entrevistadas. Narvaz e Koller (2006) elencam alguns métodos de pesquisa comuns aos estudos feministas, entre eles estão as narrativas, a pesquisa-ação, os estudos

de caso e o método autobiográfico. É importante observar o caráter reflexivo presente nesses métodos, característica primordial para as pesquisas feministas.

A metodologia de pesquisa é composta por três etapas, sendo elas: a revisão bibliográfica e documental, as entrevistas com as mulheres gestoras em cargos ocupados na gestão da reitoria do IFRN, através das narrativas de si, e a análise dessas entrevistas, que foi realizada por meio da Análise Textual Discursiva (ATD).

Na primeira etapa da pesquisa, que diz respeito à revisão bibliográfica e documental, nossa atenção foi direcionada à busca por trabalhos científicos que discutiam temas como gênero, Educação Profissional e mulheres na educação e gestão. Para tal, nos ancoramos nos estudos de Deslauriers e Kérisit (2020) e Minayo (2014), que tratam da revisão bibliográfica e discutem bases filosóficas e epistemológicas desse método.

Deslauriers e Kérisit (2020) afirmam que a pertinência da revisão bibliográfica em estudos qualitativos diz respeito diretamente à familiaridade do pesquisador com o tema pesquisado. Além disso, tem relação direta com a aptidão do pesquisador em construir seu objeto de estudo e delimitar uma amostra de estudo que seja efetivamente relevante.

É necessário estudar o que já foi produzido sobre uma temática a fim de “conhecer a história do meio social pesquisado, sua estrutura, sua ideologia” (Deslauriers; Kérisit, 2020, p. 135). Os autores apontam, no entanto, que é necessário ter atenção à importância que se dá à revisão bibliográfica, uma vez que apesar de relevante ela não pode se tornar verdade absoluta. É nesse sentido que as entrevistas têm sua relevância, trazendo para o campo pesquisado novos dados.

Dessa maneira, e buscando manter o posicionamento defendido desde a construção do anteprojeto desta pesquisa, que diz respeito ao caráter político deste estudo, optamos pelo método das Narrativas de Si para a coleta do *corpus* de análise. Utilizando esse método, objetivamos que as pesquisadoras tivessem um papel ativo no processo científico, tendo em vista que, conforme Abraão (2013, p. 10), o uso das narrativas de si: “se enriquece pelo investimento na construção do sentido e se fortalece na crença de que o retorno sobre si torna o sujeito consciente do seu poder sobre a vida, e por esse viés a reflexividade (auto)biográfica constitui um processo emancipador”.

Além disso, Passeggi e Souza (2017) defendem que as narrativas contribuem tanto para o conhecimento do humano como para o aperfeiçoamento da pesquisa

qualitativa interpretativa. Sendo assim, esse método se constitui como um processo contínuo de aprendizagem e construção histórica de quem narra e de quem ouve. Os mesmos autores afirmam também que

a produção do conhecimento que resulta desse modo narrativo de pensar seria fundante para a constituição de uma *epistemologia do Sul* (Santos, 2009), ainda emergente, em contraposição a uma *epistemologia do Norte*, hegemônica, colonial, dogmática, excludente. (Grifo do autor)

Ademais, Ferrarotti (2014) explica que esse método atua promovendo uma democratização e socialização do conhecimento mesmo durante a realização da pesquisa, uma vez que a construção desse conhecimento só pode acontecer “com o outro e no respeito ao outro” (Passeggi; Souza, 2017). Essa troca, no entanto, não pode ocorrer sem o que Bosi (1994, p.17) chama de memória, uma força subjetiva que, nas palavras da autora, “é ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora”.

A memória é peça central nas narrativas de si e, de acordo com Bérghson (1999), pode ser dividida em memória-hábito e imagem-lembrança. Cavalcante (2013, p. 196) afirma que o primeiro tipo de memória “conserva-se e atua no presente através de esquemas de comportamento que o corpo guarda”. A memória-hábito diz respeito aos nossos comportamentos diários, como escrever ou dirigir.

O segundo tipo de memória, a imagem-lembrança, diz respeito ao movimento de reviver um momento vivido e é essa a memória que deverá ser evocada durante as entrevistas. No momento das entrevistas serão trazidos à tona momentos únicos vividos por essas mulheres e, por meio dessas lembranças, será possível que as entrevistadas reflitam sobre essas vivências como proposto neste estudo feminista.

Bérghson (1999) trata do caráter social da memória quando defende que essa depende de suas relações sociais, quer seja com sua família ou com os grupos sociais dos quais faz parte – escola, igreja, trabalho, dentre outros. Halbwachs (2004) também trata da função social da memória, no entanto, traz luz a um ponto: a percepção que temos do mundo não atua de forma isolada, ela sofre constante interferência dos movimentos coletivos.

Para nos situarmos nessa contextualização sobre a memória, Bosi (1994, p. 55) relata que “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”. É aqui que reside a justificativa do uso das narrativas de si: além de tratar-se de uma

pesquisa que tem uma estrutura narrativa do início ao fim, almejamos que, por meio da escuta de suas próprias narrativas, as mulheres entrevistadas possam atribuir sentidos ao vivido tendo em vista as relações de gênero e poder em que estão inseridas.

Tendo em vista o caráter reflexivo do método escolhido para a coleta dos dados analisados, foi necessário pensar em um método de análise que trouxesse em seu cerne uma profundidade maior. Nesse sentido, pensamos em um método de análise em que fosse possível visualizar não apenas o que estava dito, mas os sentidos não ditos, os silenciamentos que também fazem parte da memória, de acordo com Cavalcante (2013).

Sendo assim, para a etapa final da pesquisa, que diz respeito à análise dos dados, foi utilizado o método da Análise Textual Discursiva (ATD) de Moraes e Galiuzzi (2016), sendo esse um método que transita entre a Análise de Conteúdo (AC) e a Análise do Discurso (AD) e “corresponde a uma metodologia de análise de informações de natureza qualitativa com a finalidade de produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos” (Moraes; Galiuzzi, 2016, p. 134).

O uso da ATD tem sua complexidade no que tange à exigência de que os pesquisadores que a utilizam estejam sempre se construindo e reconstruindo durante o processo de análise. Nesse processo, ainda que haja um grande potencial para o despertar da criatividade do pesquisador é necessário manter o rigor e a disciplina no fazer científico (Moraes; Galiuzzi, 2016).

Esquematizando de forma a facilitar o entendimento, a ATD compreende três passos principais na sua aplicação, sendo eles a *unitarização*, a *categorização* e a *produção dos metatextos*. Sobre a unitarização, Moraes e Galiuzzi (2016, p. 71) indicam que “unitarizar um texto é desmembrá-lo em unidades elementares, correspondendo a elementos discriminantes de sentidos, significados importantes para a finalidade da pesquisa, denominadas de unidades de significados”.

Nessa etapa é feita a fragmentação do *corpus* de análise de forma a interpretar e separar as ideias principais dentro do estudo realizado. Para Moraes e Galiuzzi (2016), essa etapa apenas é possível quando o pesquisador fez uma leitura intensa do seu material de análise com vistas a existir uma apropriação também intensa do material analisado.

Uma vez que essa primeira etapa, a unitarização, é realizada, a segunda etapa tem início. Nesse momento é realizada a categorização das unidades de significado.

Essa etapa busca o ordenamento das unidades de significado de forma a reunir aquilo que é comum (Moraes; Galiazzi, 2016). Esse movimento que parte da unitarização para a categorização é o que Moraes e Galiazzi (2016) chamam de espaço entre a ordem e o caos, um momento de desconstrução que implica uma construção.

Apesar de parecer confuso fazer uma desconstrução do *corpus* de análise para depois reconstruir esses textos, essa desconstrução tem importância fundamental na percepção pelo pesquisador dos sentidos que não estão claros no texto. Assim, conforme Moraes e Galiazzi (2006, p. 125), “prender-se ao ordenado e ao certo implica estacionar. Pode parecer seguro, mas não possibilita avançar”.

Após as etapas iniciais, a unitarização e a categorização, é construído o metatexto, resultado do estabelecimento de pontes entre as categorias de análise. Nesse momento, o pesquisador pode também ir construindo textos iniciais para cada categoria de análise de forma que esses textos iniciais sejam integrados para a construção da análise do *corpus* (Moraes; Galiazzi, 2006).

Antes de chegar às etapas de unitarização e categorização, bem como à produção dos metatextos, contudo, é necessário trazer luz para um conceito que é central nesse estudo: o gênero. Para isso, na segunda seção deste estudo retomamos a história do feminismo a fim de compreendermos como surgiu o conceito de gênero e como esse conceito vem sendo modificado ao longo dos anos. Essa seção tem início com as palavras de Leolinda Daltro, uma baiana feminista que lutou até o fim de sua vida para que as mulheres conquistassem o direito ao voto.

Na terceira seção, nos debruçamos sobre a história das mulheres na Educação Profissional (EP). Nesse momento investigamos qual o lugar que as mulheres ocupam na EP, bem como identificamos como estão situados os estudos que relacionam a EP com o estudo das relações de gênero com foco em mulheres. Para abrir essa seção contamos com as palavras da professora Guacira Lopes Louro, autora que é referência nos estudos que discutem gênero, sexualidade e docência no Brasil.

A quarta seção deste estudo traz uma visão geral sobre o lócus da pesquisa: a reitoria do IFRN. Para tanto, recorreremos à lei da mudança de institucionalidade dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008) e aos estudos de Fernandes e Tabosa (2018). Além disso, realizamos uma reflexão acerca da estrutura do órgão de administração central por meio da leitura dos relatórios de gestão mais atuais.

Na quinta seção deste estudo, tendo como objetivo compreender se as relações de gênero interferem na trajetória profissional das mulheres que atuam ou já atuaram em cargos de gestão na reitoria do IFRN, nos dedicamos à compreensão e análise das narrativas dessas mulheres. Essa seção começa com o poema “Ainda assim eu me levanto”, de Maya Angelou, texto escolhido por ilustrar o sentimento demonstrado pelas mulheres entrevistadas. Além disso, essa é a mensagem que ansiamos por semear em todas as pessoas que lerão este estudo: apesar de todas as adversidades, nós nos levantaremos sempre.

Na sexta, e última seção deste estudo, são feitas as considerações finais acerca desta pesquisa e apresentados os resultados obtidos por meio desse caminho metodológico. Ademais, o objetivo dessa seção é deixar uma mensagem para essa e para as novas gerações de que há muito o que lutar no que diz respeito à equidade de gênero no IFRN e a luta é permanente e necessária.

1.3 O *locus* da pesquisa: a reitoria do IFRN

A Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, dispõe, entre outros, sobre a mudança de institucionalidade dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS). Por meio dessa lei, fica instituído que os IFs “são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades” (Brasil, 2008).

Ademais, a seguinte lei prevê uma estrutura organizacional em que há um órgão executivo de administração central, a reitoria, cuja composição conta com 01 reitor e 05 pró-reitores. Há, também, na reitoria os órgãos superiores, sendo eles, o Conselho Superior (CONSUP), de função deliberativa e consultiva, e o Colégio de Dirigentes (CODIR), cuja função é consultiva (FERNANDES; TABOSA, 2018). Esses órgãos são compostos por:

Quadro 01 – Composição dos órgãos superiores dos IFs.

ÓRGÃO SUPERIOR	COMPOSIÇÃO
CONSUP	<ul style="list-style-type: none"> ● Representantes da sociedade civil; ● Representantes do Ministério da Educação; ● Representantes dos docentes; ● Representantes dos técnicos-administrativos; ● Representantes dos estudantes e egressos; ● Colégio de Dirigentes.

CODIR	<ul style="list-style-type: none"> • Reitor(a)⁶; • Pró-reitores(as); • Diretores(as)-gerais dos <i>campi</i>.
-------	---

Fonte: Elaboração própria, a partir de Fernandes e Tabosa (2018).

Ademais, o modelo de governança presente no IFRN inclui órgãos externos e internos de apoio à governança e órgãos externos e internos de governança (IFRN, 2024). Os órgãos externos de apoio à governança são a Controladoria Geral da União (CGU), o Ministério Público Federal (MPF), os Conselhos Profissionais e as Entidades de Controle Social. Quanto aos órgãos internos de apoio à governança, são a Auditoria Geral (AUD-GE), a Procuradoria Jurídica (PROJU), a Ouvidoria, a Unidade de Gestão de Integridade (UGI), a Corregedoria, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), a Comissão Interna de Supervisão de Plano de Cargos e Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE), a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e a Comissão de Ética.

Os órgãos externos de governança são o Tribunal de Contas da União (TCU), os Órgãos Superiores do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Quanto aos órgãos internos de governança, esses são formados pelo Conselho Superior, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPEX), Comitê de Gestão Estratégica vinculado à Política de Gestão de Riscos (CGEST), Comitê de Governança Digital (CGD), Reitor(a), Pró-reitores(as) e diretores(as) de gestão sistêmica, Comitê Gerencial Vinculado à Política de Gestão de Riscos (CGER), Diretores(as) Gerais, CODIR e conselhos escolares (IFRN, 2024).

No que tange às pró-reitorias, essas podem variar quanto ao seu tipo em razão do IF a que pertencem. Fernandes e Tabosa (2018) demonstram essa tipificação e mostram que, em fevereiro de 2018, existiam 26 denominações distintas de pró-reitorias nos IFs brasileiros. Essas pró-reitorias foram agrupadas de acordo com sua área sistêmica, restando então 7 áreas: administração, assuntos estudantis, desenvolvimento institucional, ensino, extensão, gestão de pessoas e pesquisa. Para além de serem chefiadas pelo(a) pró-reitor(a), cada pró-reitoria é dividida em coordenações, diretorias e equipes de assessoria a depender da natureza de cada pró-reitoria.

⁶ O(a) reitor(a) em exercício ocupa a presidência nos dois conselhos superiores, CONSUP e CODIR.

Tendo em vista essas considerações acerca da legislação vigente sobre a estrutura de gestão central dos IFs, é necessário compreender como a gestão central do IFRN está organizada. Em primeiro lugar, na reitoria do IFRN, lócus desta pesquisa, as 05 pró-reitorias são nomeadas conforme especificado no quadro 02:

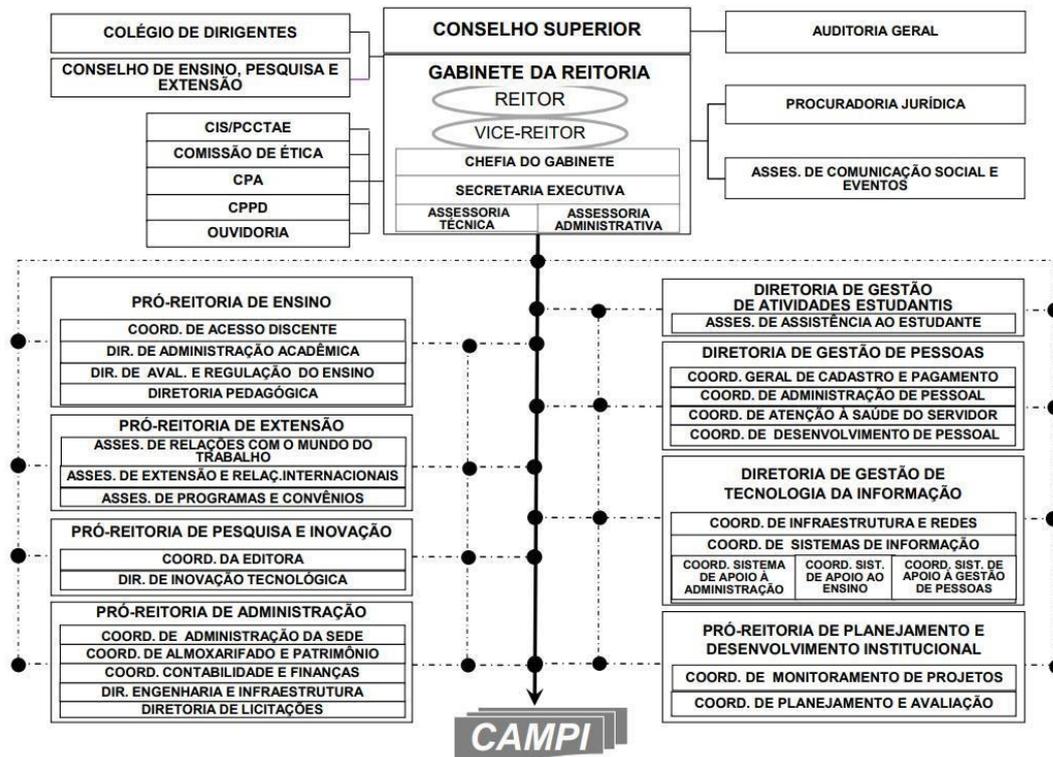
Quadro 02 – Tipificação das pró-reitorias do IFRN.

PRÓ-REITORIA	ÁREA SISTÊMICA
Pró-reitoria de Administração	Administração
Pró-reitoria de Ensino	Ensino
Pró-reitoria de Extensão	Extensão
Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação	Pesquisa
Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Desenvolvimento Institucional

Fonte: Elaboração própria (2024).

Os(as) pró-reitores(as) são indicados pelo(a) reitor(a) eleito(a), no entanto para estarem aptos à indicação é necessário o tempo mínimo de atuação na instituição de 05 anos, sejam eles/elas docentes ou técnicos-administrativos que possuam nível superior (Brasil, 2008). Na figura 01 é possível observar a estrutura organizacional da reitoria, bem como as articulações entre os setores.

Figura 01 – Organograma de referência para a reitoria.



Fonte: IFRN (2016).

Durante o período de realização deste estudo (2009-2023), o IFRN teve três reitores, todos do sexo masculino, e 29 pessoas foram nomeadas para atuação em cargos de pró-reitor(a). Destes, apenas 07 eram mulheres, o que corresponde a 24,13% das pessoas nomeadas. Cabe salientar que uma dessas mulheres ficou no cargo por menos de 4 meses e não foi convidada à entrevista em razão do pouco tempo de permanência no cargo. Outrossim, o IFRN nunca teve uma pró-reitora de pesquisa e inovação, porém o cargo de pró-reitora de extensão foi o que passou mais tempo ocupado por mulheres.

2 GÊNERO, TRABALHO E EDUCAÇÃO

2.1 Mas, afinal: o que é gênero?

Excelentíssima Senhora

Certa de vosso mérito de mulher, digna representante da família brasileira, tomo a liberdade de convidar-vos a comparecer no próximo dia vinte e três do corrente à Praça Tiradentes, número setenta e sete, segundo andar, a fim de tomardes parte na sessão que pretendo realizar nesse dia, sessão essa que encerra um problema de alta importância para nós, mulheres.

Urgindo aproveitar a oportunidade do momento que se nos oferece para divulgação e prática dos ideais feministas de reforma social, apelo para o vosso apoio e colaboração valiosa na grande generosa causa da emancipação do nosso sexo.

Certa de que atendereis ao meu apelo, subscrevo-me admiradora, compatriota e amiga.

Leolinda de Figueiredo Daltró, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1909.

Recorremos às palavras de Leolinda Daltró para iniciar esta seção que tem um teor muito mais histórico que analítico. Leolinda era uma professora baiana, sufragista e indigenista. Ela viveu entre 1859 e 1935 e dedicou sua vida às causas que acreditava, dentre elas, a emancipação feminina e as causas indígenas (Rocha, 2021). Em relação à luta pela emancipação feminina, segundo a autora, Leolinda acreditava fortemente que essa emancipação somente seria possível através do voto feminino.

A pertinência de trazer as palavras de Leolinda Daltró reside no fato de que nesta seção serão discutidas as ondas do feminismo a fim de trazer à tona as primeiras noções do conceito de gênero. Uma das principais reivindicações das mulheres que protagonizaram a primeira onda do feminismo voltava-se para o voto feminino, sendo esse um fator de emancipação das mulheres.

Não há como discutir gênero fazendo uma separação entre essa expressão e a história do feminismo, uma vez que esse é o espaço social e histórico onde tem início as primeiras noções sobre o que é gênero (Butler, 2018). Além disso, Louro (2018) defende que, para compreender essa terminologia, é necessário retomar sua gênese, uma vez que todas as palavras têm uma história.

Scott (1995) afirma que o conceito de gênero é amplo e complexo, pois ao mesmo tempo que a política constrói o gênero, ela é construída por ele. A mesma autora afirma que o conceito de gênero tem suas origens com as estadunidenses que

buscavam evidenciar as conjunturas sociais em que as mulheres estavam inseridas. As norte-americanas começam a utilizar esse termo com base em critérios que se apoiam no que era tido como natural à época, ou seja, o sexo biológico do ser humano. Afirmavam também que havia diferenças sociais em nascer com um pênis ou com uma vagina (Butler, 2018). Dessa maneira, inferimos que há uma construção social que contribui para que as expectativas sobre homens e mulheres sejam diferentes. Além disso, essas mulheres sustentavam que

a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas disciplinares. As pesquisadoras feministas assinalaram desde o início que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente. (Scott, 1995, p. 73)

Pleiteando uma emancipação feminina, as estadunidenses⁷ lutavam por paridade de direitos entre os sexos, sendo sua causa mais importante naquele momento a busca pelo direito ao voto feminino (Pinto, 2010, p. 16). É relevante, no entanto, salientar uma especificidade do feminismo da primeira onda: ele foi protagonizado por mulheres brancas, de classes sociais mais elevadas. Sendo assim deixou de lado as demandas das mulheres negras e pobres (Hooks, 2008).

Além disso, é importante atentar para o uso intencional da expressão “gênero” nessa época, pois ela começou a ser utilizada como mecanismo para que os trabalhos desenvolvidos por mulheres e sobre mulheres tivessem alguma visibilidade. Nesse sentido, Scott (1995, p. 75) afirma que:

enquanto “história das mulheres” proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo “gênero” inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça.

Enquanto isso, no Brasil, mulheres como Leolinda Daltro, Nísia Floresta e Bertha Lutz atuaram de forma significativa em busca desse direito (Rocha, 2021; Felgueiras, 2017; Soihet, 2000). Essa conquista, porém, só foi alcançada em 1932,

⁷A escolha por iniciar a narrativa a partir do movimento feminista estadunidense acompanha a intencionalidade de discutir o conceito de gênero, não sendo esse o espaço territorial/temporal onde teve início o movimento sufragista.

com a promulgação do Novo Código Eleitoral Brasileiro⁸ e três anos antes do falecimento de Leolinda Daltro.

É relevante ressaltar o protagonismo das mulheres do estado do Rio Grande do Norte (RN) no que diz respeito ao início da participação feminina no processo eleitoral:

Quadro 03 – Potiguares e suas contribuições ao processo eleitoral brasileiro.

Nísia Floresta	Uma das mulheres que lutou pelo direito da mulher à cidadania.
Alzira Soriano	Primeira mulher eleita prefeita no Brasil, na cidade de Lajes, RN.
Celina Viana	Primeira eleitora do Brasil, no município de Mossoró ⁹ , RN.

Fonte: Elaboração própria, a partir de Felgueiras (2017).

A primeira onda do feminismo perdeu força a partir de meados de 1930, já que a principal reivindicação desse momento, o voto, foi alcançado. Os debates feministas foram revitalizados em 1960, por meio da segunda onda do feminismo. Nesse intervalo de tempo, um livro marcou a luta das mulheres e tornou-se peça fundamental para o reinício do movimento: *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir (2019). Esse livro teve sua primeira publicação em 1949 e nos presenteia com uma das máximas do feminismo: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.” (Beauvoir, 2019, p. 11).

Essa máxima tão conhecida nos aproxima de uma reflexão importante e que diz respeito ao uso da expressão “tornar-se mulher”. Afinal, em que sentidos nos tornamos mulheres? Podemos partir das construções sociais que estão postas para as mulheres, daquelas que fazem a separação do que é lugar de homem e lugar de mulher. Uma dessas construções sociais diz respeito à aptidão inata que as mulheres

⁸ O Novo Código Eleitoral Brasileiro foi oficializado através do Decreto n.º 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Este decreto trazia em seu segundo artigo o seguinte texto: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código”. Para mais informações, ver: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>.

⁹ Essa votação ocorreu antes de 1932 por decisão judicial; em 1928, 20 mulheres norte-rio-grandenses votaram em eleição complementar para o senado e tiveram, posteriormente, seu voto anulado. O Código Eleitoral de 1932 só permitia que votassem ou fossem votadas as mulheres casadas com o aval do marido ou as viúvas e solteiras com renda própria. O Código de 1934 retirou essas determinações, mas o voto feminino continuou sendo facultativo, com a obrigatoriedade prevista apenas para os eleitores homens. Apenas em 1946 o voto passou a ser obrigatório também para as mulheres. Para mais informações, ver: <https://www.tre-rn.jus.br/institucional/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn>.

supostamente têm ou deveriam ter para as tarefas do cuidado que, conforme Kergoat (2017, p. 17),

não é apenas uma atitude de atenção, é um trabalho que abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Assim, podemos defini-lo como uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem.

As feministas da segunda onda começaram a se inquietar com os determinismos impostos e defender uma grande reconstrução na vida política de homens e mulheres, buscando a participação mais efetiva de mulheres na sociedade e na consolidação da democracia. Ou seja, o direito ao voto constituía um passo significativo rumo à emancipação de mulheres, porém não era suficiente. Nesse sentido, suas principais reivindicações traziam à tona questões como sexualidade, direito ao prazer e ao corpo. Felgueiras (2017) afirma que é nesse cenário que emergem as discussões sobre aborto e contracepção.

De acordo com Oliveira e Cassab (2014, p. 3), esse movimento, cujo slogan é “o pessoal é político”,

propiciou às mulheres repensarem sobre sua opressão acerca, principalmente (mas não somente), das questões políticas. Trouxe à tona a questão de que tudo aquilo que é público atinge a vida pessoal e as decisões, seus desejos e vontades não aconteciam somente pelo próprio mérito, condição ou até mesmo sorte, mas sim, que a vida pessoal era até então atingida por fatores públicos.

Sendo assim, as mulheres tentaram participar mais da vida política, por meio de partidos políticos, associações e grupos de estudo que contavam com a participação de trabalhadoras e operárias (Felgueiras, 2017). No Brasil, com a efetivação do golpe militar, esses movimentos perderam um pouco de sua força, pois eram vistos como perigosos e moralmente inaceitáveis. É nesse contexto que as mulheres se unem para lutar contra a ditadura, o que representava não só uma resistência ao regime ditatorial, mas também o desejo de ir além do que era socialmente imposto.

Ainda que esse movimento representasse um passo importante no rompimento dos papéis sociais da época, Costa (2006) pontua que a participação dessas mulheres não foi um caminho fácil. Era comum serem destinadas às tarefas que levavam em conta funções que as mulheres desempenhavam em seus lares, como a cozinha e o

cuidado dos doentes, ou seja, os determinismos em razão do sexo biológico continuavam presentes. Além disso, eram solicitadas para, usando seus “encantos naturais”, obter informações importantes dos inimigos (Costa, 2006).

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu o primeiro Ano Internacional da Mulher e o início da Década da Mulher (Felgueiras, 2017). Influenciadas pelas recentes conquistas, são fundadas várias organizações e jornais feministas. Esse representou um grande marco, uma vez que as mulheres puderam, finalmente, comemorar a incorporação de suas lutas em uma agenda oficial e, conseqüentemente, foi dada maior visibilidade para as discussões feministas (Felgueiras, 2017).

O primeiro Ano Internacional da Mulher estimulou as discussões sobre novas políticas públicas para mulheres, sendo essas discutidas em reuniões realizadas em São Paulo (SP) e no Rio de Janeiro (RJ). Dessas reuniões resultaram a criação do Centro da Mulher Brasileira, no RJ, e do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, em SP (Sarti, 2004).

Em 1979 e 1980, muitas mulheres que estavam exiladas na Europa e Estados Unidos retornaram ao Brasil trazendo consigo ideias e experiências vividas nesses lugares (Felgueiras, 2017). Impulsionadas por essas ideias ocorre o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres em 1980 e, além do surgimento de vários grupos feministas espalhados pelo país, em 1985 são criados o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) e a primeira Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), em São Paulo (Carneiro, 2003).

Carneiro (2003) afirma que a luta travada por essas feministas traz para o espaço público a discussão sobre a violência doméstica e sexual que, anteriormente, ficava restrita ao espaço privado. Ademais, atuou significativamente para que fossem introduzidos novos organismos, como as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMS) e os abrigos para a proteção de mulheres vítimas de violência. Além disso, foi pertinente no que diz respeito ao treinamento de profissionais para atuar em situações de violência contra a mulher.

Em meados dos anos 1990, o movimento feminista ganha uma nova roupagem ao incluir em suas discussões, entre outros temas, os direitos das mulheres portadoras de HIV, das negras e a criação de ONGs em defesa da mulher. É o momento em que o movimento feminista se populariza, já que antes encontrava-se bastante setorizado. Sarti (2004, p. 44) defende que “as mulheres tornam-se mulheres

em contextos sociais e culturais específicos”; logo, o feminismo da terceira onda passa a considerar alguns dos contextos sociais em que essas mulheres “tornam-se mulheres”.

Em 1995, com os subtemas igualdade, desenvolvimento e paz, acontece a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, organizada pela ONU. Sobre a relevância desse evento para o movimento feminista, Sarti (2004, p. 47) afirma que

essa articulação não só garantiu a apresentação por parte do governo brasileiro de um documento representativo, mas também a aprovação da Plataforma de Beijing por esse governo brasileiro, sem ressalvas, e em especial, a partir daí, houve uma melhor assimilação das demandas das mulheres por parte dos organismos do governo federal.

Além disso, essa conferência contribuiu para a aproximação do feminismo brasileiro e latino-americano, para a sua articulação e criação de políticas conjuntas (Felgueiras, 2017). A mesma autora afirma ainda que essa conferência teve como resultado

a Plataforma de Ação e a Declaração de Beijing, elaboradas com base no que havia sido firmado sobre o assunto em décadas anteriores e nas conferências sociais precedentes, foram adotadas unanimemente por 189 países, servindo de base para a consolidação dos avanços jurídicos nas últimas décadas, principalmente no que tange à igualdade das mulheres, estabelecendo áreas prioritárias de ação para a comunidade internacional (Felgueiras, 2017, p. 118).

Esse documento pode ser utilizado como um guia de ação para quem quer trabalhar com temas do movimento feminista, trazendo uma espécie de diagnóstico da situação da mulher no mundo e “facilitando” a criação de medidas a serem tomadas com vistas a diminuir as discriminações de gênero e capacitar mulheres.

Mas quando refazemos esse movimento histórico, nos perguntamos como estão as discussões sobre o conceito de gênero atualmente. Se em seu surgimento, a expressão foi cunhada com base na biologia, como pensar gênero atualmente? Para responder a essa indagação, nos apoiamos nos escritos de Butler (2018), que afirma que o gênero é um conjunto de significados assumidos por um corpo sexuado, não sendo possível dizer que ele é resultado de um corpo baseado apenas em questões biológicas.

Para a autora, “o gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um lócus de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio

de uma repetição estilizada de atos” (Butler, 2018, p. 187). Sendo assim, o gênero não deve ser entendido como algo permanente, mas como uma característica do ser que é constituído por atos repetidos e que buscam aproximar o sujeito de sua identidade. A autora finaliza sua discussão afirmando que “os gêneros não podem ser verdadeiros nem falsos, reais nem aparentes, originais nem derivados” (Butler, 2018, p. 244), tendo em vista que é um conceito que se desdobra e se transforma ao longo do tempo a partir da diversificação das pautas feministas.

Além de sua conceituação ser complexa, o gênero passou por revisão ao longo da história do movimento feminista. Saffioti (2015, p. 44-45) pontua que ele não pode ser resumido apenas a uma categoria de análise, mas deve ser visto também como uma categoria histórica. A autora afirma que o gênero, enquanto categoria histórica, pode ser concebido em diversas instâncias, conforme organizado no quadro 04.

Quadro 04 – Instâncias do gênero enquanto categoria histórica.

INSTÂNCIA	AUTORES QUE ABORDAM A INSTÂNCIA
O gênero como aparelho semiótico.	Lauretis (1987)
O gênero como um conjunto de símbolos culturais equivocados de representações, conceitos normativos como grade de interpretações de significados, organizações e instituições sociais e identidade subjetiva.	Scott (1995)
O gênero como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades.	Flax (1987)
O gênero como gramática sexual que regula relações hétero e homossexuais.	Saffioti (1992; 1997) Saffioti e Almeida (1995)

Fonte: Elaboração própria, a partir de Saffioti (2015).

A autora destaca que cada feminista tem uma leitura muito própria sobre o conceito de gênero, no entanto, há um consenso entre todas: “o gênero é a construção social do masculino e do feminino” (Saffioti, 2015, p. 45). Neste estudo, o conceito de gênero é trabalhado enquanto categoria histórica, portanto me apoio em Saffioti (2015) e Butler (2018) para referenciar as análises que serão tecidas adiante.

Derivam do conceito de gênero duas expressões cujas discussões são pertinentes ao estudo que se segue: violência de gênero e preconceito de gênero. No que diz respeito ao primeiro caso, o da violência de gênero, há um sentido mais amplo do que tratar-se apenas de um conjunto de atos de agressão contra o corpo, sejam eles físicos ou sexuais. De acordo com Silva (2010, p. 560), a violência de gênero ultrapassa inclusive a barreira dos abusos psicológicos: “está enraizada no imaginário

social coletivo da nossa sociedade, de homens, mas também de mulheres, que legitimam a subordinação do sujeito feminino ao domínio do poder masculino”.

Saffioti (2015) aponta que a violência de gênero dirigida às mulheres não pode ser analisada em separado de temas como gênero, raça/etnia, classe social e patriarcado. Dessa forma, encontra-se mais relacionada à violência familiar, intrafamiliar, doméstica e contra a mulher. A autora destaca, ainda, que as vítimas da violência de gênero podem ter qualquer idade, sejam crianças, adolescentes, adultas ou idosas.

Nesse sentido, segundo Silva (2010), a violência de gênero está presente também no uso de expressões, jogos de linguagem e uso de duplos sentidos. Está presente do mesmo modo no uso e reforço de estereótipos que moldam o masculino e o feminino e contribuem para a perpetuação de preconceitos e discriminações. O uso dessas formas de violência de gênero no cotidiano, legitimam, a longo prazo, a violência física e sexual em um ciclo que parece não ter fim.

Ademais, o preconceito de gênero diz respeito ao conjunto de “atitudes sociais que diminuem ou excluem as pessoas de acordo com o seu sexo” (Parga, 2001, p. 108). As características atribuídas ao feminino e ao masculino são desiguais e, em geral, estão divididas de forma que as ligadas ao masculino – coragem, inteligência e dominação, por exemplo – são tidas como “boas” e àquelas relacionadas ao feminino, como sensibilidade, delicadeza e submissão, são consideradas fraquezas.

Na décima edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (2023), os dados obtidos demonstraram que 30% das mulheres no país já sofreram, em algum momento, algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por um homem¹⁰. Entre essas mulheres, 76% sofreram violência física e as que estão mais suscetíveis à violência física são, em geral, as de menor renda: das vítimas de violência doméstica que recebem mais de 06 salários mínimos, 64% declaram ter sofrido violência física, enquanto no caso das mulheres que recebem até 02 salários mínimos, essa porcentagem sobe para 79%.

O estudo destaca as práticas que as mulheres entrevistadas consideram importantes para diminuir e/ou evitar a violência doméstica contra a mulher. 34% das mulheres apontaram a pertinência de intensificar as campanhas para divulgação dos

¹⁰ Para mais informações, ver: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodata/senado?id=pesquisa-nacional-de-violencia-contra-a-mulher-datasenado-2023>.

direitos das mulheres, 30% demarcaram a denúncia como meio para coibir tais atos, enquanto 26% e 20% afirmaram, respectivamente, que é preciso melhorar a assistência às vítimas e estimular o debate social sobre o tema.

Além disso, de acordo com a Agência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Notícias¹¹, no que diz respeito às mulheres pretas e pardas há uma relação inversamente proporcional entre o tempo dedicado ao cuidado e afazeres domésticos e a sua participação na vida pública. As mulheres são maioria na taxa de informalidade (39,6%) quando comparadas aos homens (37,6%). Apesar disso, as mulheres têm maior frequência escolar e nível de escolaridade do que os homens: em 2022, 92,5% das adolescentes de 15 a 17 anos estudavam, enquanto o percentual dos adolescentes estudantes era de 91,9%.

É necessário pontuar que, segundo essa mesma fonte, as mulheres brancas na faixa etária dos 18 aos 24 anos têm maior percentual de estudantes do que as mulheres pretas ou pardas na mesma idade. Enquanto as mulheres brancas representam 39,7% dessa estatística, apenas 27,9% das jovens pretas e pardas estudam. Ainda assim, permanece a diferença salarial em razão do sexo: em 2022, o rendimento das mulheres correspondia a cerca de 78,9% do rendimento dos homens.

Essas considerações e estatísticas são relevantes não apenas para compreendermos o conceito de gênero e seus desdobramentos históricos, políticos e sociais, mas para compreendermos a relevância da presença feminina nos mais diversos espaços sociais.

2.2 O proletariado do proletariado

A escola, como um espaço social que foi se tornando, historicamente, nas sociedades urbanas ocidentais, um locus privilegiado para a formação de meninos e meninas, homens e mulheres é, ela própria, um espaço generificado, isto é, um espaço atravessado pelas representações de gênero. Em nosso país, como em vários outros, esse espaço foi, a princípio, marcadamente masculino (Louro, 2003, p. 77)

Louro (2003) direciona nosso pensamento ao Brasil colônia, quando as primeiras noções de educação no Brasil se construíram. Demarca em suas

¹¹ Para mais informações, ver: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza#:~:text=Entre%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%2018,era%20de%2027%2C9%25>.

proposições a presença das relações de gênero mesmo que esse conceito ainda não fosse conhecido. Dessa forma, a educação brasileira tem seu início com um protagonismo marcadamente masculino: os alunos eram do sexo masculino e o ensino era exercido também por homens, fossem eles religiosos ou tutores contratados por pessoas ricas.

As mulheres brasileiras são chamadas a assumir um papel social no que diz respeito à educação dos filhos após a revolução francesa, porém a sua entrada no magistério não impediu que sofressem discriminações em razão de serem mulheres. A aptidão delas para a docência era comumente associada a um dom natural para o cuidado, com o qual já nasciam. Isso vai ao encontro do que afirma Freire (2011, p. 244) quando diz que “a escola brasileira iniciava sua organização com a separação por sexo e a educação era pensada de forma diferenciada para meninos e meninas”.

Para além disso, os professores, fossem homens ou mulheres, deveriam ser pessoas cuja moral fosse, nas palavras de Louro (2018, p. 444), “inatacável”. Posto isso, a preocupação com sua postura não deveria ocorrer apenas no ambiente de trabalho, mas também em suas casas, ambientes que deveriam ser saudáveis e refletir a moral da sociedade. Ademais, assim como suas tarefas não eram as mesmas, os alunos tinham aulas diferentes de acordo com seu sexo biológico.

É necessário evidenciar a influência europeia trazida de Portugal para o Brasil. Os portugueses chegaram ao Brasil trazendo em seus navios os costumes de seu país. Esses eram marcados pelo patriarcado típico da cultura ocidental judaico-cristã, aperfeiçoado pelo sistema capitalista vigente. Nesse sentido, as mulheres passavam por uma dupla subjugação: primeiro a do pai e, posteriormente, a do marido, além de serem submetidas às regras elaboradas pelos homens e aceitas pela sociedade.

Quando voltamos nosso olhar para as mulheres negras e pobres, para além da falta de instrução, é necessário detalhar que elas passavam por um processo de exploração, de seu trabalho e de seus corpos, ainda maior. Enquanto as mulheres brancas aos poucos almejavam e lutavam por situações mais igualitárias, as mulheres negras eram escravizadas e exploradas em todos os sentidos. Reis (2013) detalha que no século XVIII as mulheres que faziam parte das famílias mais privilegiadas começaram a ter aulas particulares em casa. Esses estudos compreendiam noções de literatura, cálculo, etiqueta e boas maneiras. Essas noções eram vagas e, quando as mulheres obtinham permissão para aprender um idioma, o francês era a língua escolhida, uma vez que havia todo um status social em saber falar francês.

Às mulheres negras e pobres, o simples ato de saber ler e escrever era quase sempre impossível. Essas mulheres não tinham acesso à educação e precisavam trabalhar com os homens desde muito cedo, iniciando o processo de exploração de seu trabalho prematuramente. Enquanto isso, “a norma oficial ditava que a mulher deveria ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua” (Fonseca, 2008, p. 517).

A situação de resguardo doméstico indicado na citação anterior é, portanto, direcionado às mulheres brancas, principalmente àquelas com condições financeiras minimamente estáveis. De acordo com Almeida (1998), a educação e a profissionalização das mulheres têm sido sempre deixadas em segundo plano, afinal, “manter o dominado longe do saber foi e continua sendo uma estratégia eficiente no controle e na manutenção de mecanismos de dominação” (Almeida, 1998, p. 31).

Algumas outras reflexões acerca da demarcação do lugar em que as mulheres deveriam estar na educação dizem respeito ao salário delas: recebiam menos, uma vez que não tinham a mesma formação que a dos meninos. Por exemplo, não se lecionava geometria às meninas como aos meninos (Freire, 2011). O espaço educativo foi sendo constituído sob esse viés de demarcação sexista; no entanto, as mulheres ao longo do tempo ocuparam cada vez mais espaços, o que resultou em uma feminização do trabalho docente.

Isso, ao mesmo tempo que abriu um espaço de trabalho público para as mulheres, resultou em uma perda de prestígio do trabalho docente, afinal, conforme Lima (2005, p. 145): “toda profissão que se feminiliza perde status e seu nível salarial decresce. Além disso, os próprios homens, pela educação recebida, sentem-se constrangidos em frequentar um curso ‘feminino’ e, posteriormente, em assumir uma profissão considerada ‘feminina’.

Nesse sentido, a escola foi se tornando cada vez mais um espaço feminino. Apesar do avanço que essa mudança representava, os argumentos utilizados para justificar a entrada de mulheres na docência estavam ligados aos determinismos que a sociedade reforçava acerca do dom natural das mulheres para o cuidado e para a maternidade. Louro (2018, p. 450) ilustra isso quando explicita que os estudiosos afirmavam que

as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trabalho com as crianças, que elas eram as primeiras e “naturais educadoras”, portanto nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou filha “espiritual”.

Havia, também, uma intencionalidade na construção social da docência enquanto tarefa feminina. As características ligadas à docência, como amorosidade e doação, eram especificidades que se articulavam à religiosidade e, portanto, faziam do trabalho educativo realizado por mulheres uma espécie de sacerdócio (Louro, 2018). Essa era uma forma de criar uma esfera em que as professoras passassem a ser vistas como “trabalhadoras dóceis, dedicadas e pouco reivindicadoras” (Louro, 2018, p. 180).

Hélène Périvier (2023, p. 61) assinala a estreita ligação entre as desigualdades sociais e as desigualdades entre os gêneros quando afirma que “não é possível compreender uma delas sem levar as outras em consideração”. Sendo assim, e de acordo com a autora, não é possível discutir a história das mulheres deixando de lado as relações de gênero existentes no ambiente de trabalho.

A mesma autora se apropria dos estudos de Flora Tristan¹² ao apontar que há uma dupla opressão sofrida pelas mulheres, uma vez que “o homem mais oprimido pode oprimir um ser que é sua mulher. Ela é proletariado do proletariado” (Périvier, 2023, p. 62). Afirma ainda que o feminismo marxista considera o sistema capitalista como o primeiro fator de opressão feminina, sendo o patriarcado o resultado desse sistema de acumulação e o segundo fator de opressão das mulheres.

Sobre o trabalho feminino nas fábricas, Rago (2018), aponta que as primeiras mulheres a ocupar esse espaço no Brasil eram, em sua maioria, parte da imigração europeia. As fotos e os documentos da época destacam a massiva quantidade de

¹² Flora Tristan (1803-1844) foi uma escritora e ativista socialista franco-peruana que ousou questionar as condições de submissão às quais as mulheres eram submetidas e defendia que o avanço dos direitos femininos estava atrelado ao progresso da classe trabalhadora. “Tristan foi uma mulher vivendo sob a égide do Código Civil Napoleônico (1804), que, entre uma série de restrições às mulheres, as proibia de viajarem sozinhas para o exterior. Contudo, a escritora realizou inúmeras viagens, assim como escreveu sobre elas” (Campos, 2017, p. 34). De acordo com Campos (2017, p. 35), Flora Tristan demonstra ser “uma narradora talentosa, uma investigadora atenta e perspicaz da sociedade de seu tempo e uma sofisticada observadora da vida social” ao fazer relatos de suas viagens. Parte de sua experiência enquanto filha bastarda e esposa separada para tecer uma reflexão cirúrgica sobre a condição feminina e caracterizar as mulheres como as últimas escravas da sociedade francesa. Para mais informações, ver: <https://mst.org.br/2022/04/07/flora-tristan-feminismo-e-classe/#>.

italianas, espanholas, portuguesas, alemãs, romenas, polonesas, húngaras, lituanas, sírias e judias trabalhando em fábricas no Brasil (Rago, 2018).

Com a promulgação da Lei do Ventre Livre e a abolição dos povos escravizados houve um aumento significativo da chegada de imigrantes ao país em meados do século XIX. De acordo com Rago (2018), entre 1880 e 1930, chegaram ao Brasil cerca de 3,5 milhões de imigrantes seduzidos pelas propagandas que vendiam a imagem de um futuro promissor no país. Observa-se dois movimentos históricos significativos: um deles é a chegada massiva de imigrantes oriundos de uma Europa em crise, principalmente os mais pobres e menos letrados vinham para o Brasil.

O segundo é o fato de que com a abolição não se criaram condições concretas de empregabilidade e viabilidade de sustentação econômica para a população negra e ainda lhes foi negado o trabalho nas fábricas em desenvolvimento não só por falta de acesso dessa população à educação, mas pelo racismo estrutural que constituiu a sociedade pós-escravidão. Dessa forma, estabelece-se uma massa de trabalhadores estrangeiros e nega-se o trabalho remunerado aos antes escravizados.

Apesar de haver muitos estudos sobre a imigração no Brasil durante o período da industrialização, poucos focalizam a presença feminina. Rago (2018), no entanto, afirma que o número de mulheres e crianças imigrantes era significativo, já que representavam mão de obra barata e abundante. A pesquisadora cita o censo de 1890 para ilustrar isso: à época existiam no Brasil 119.581 mulheres estrangeiras. Elas representavam grande número em fábricas de tecelagem, por exemplo, e constituíam menor número em atividades como a metalurgia. No início, mulheres e crianças eram minoria nas fábricas, pois dos 5.019 operários apenas 840 eram mulheres e 710 eram menores (Ribeiro, 2011).

Entre 1894 e 1919, esse número mudou e mulheres e crianças passaram a ser maioria nas indústrias. Conforme discutido por Rago (2018), em 1919 o jornal operário *A plebe* informou que dos 200 trabalhadores da Fábrica de Fiação de Algodão Pedro Stéphano apenas 16 eram homens; os demais eram mulheres e crianças, algumas com apenas 07 anos. À época, ainda de acordo com a autora, muitas mulheres eram costureiras e desenvolviam trabalhos em casa para alguma indústria de chapéus ou alfaiataria, complementando a renda caseira.

Esse tipo de trabalho era muito vantajoso para os donos das indústrias, uma vez que o trabalho desenvolvido pelas mulheres em casa fazia com que não fosse necessário pagar alguns impostos e mascarava a exploração do trabalho feminino.

Elas precisaram, em diversos momentos e situações, se prostituir para complementar o rendimento salarial proveniente do trabalho para as indústrias (Rago, 2018).

Apesar de compor maioria nas indústrias, nos anos seguintes, as mulheres vão sendo expulsas das fábricas à medida que a industrialização avança. Rago (2018, p. 581-582) faz uma análise desse cenário ao afirmar que, “da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como ‘naturalmente masculino’.

No que diz respeito às mulheres negras que atuavam nas fábricas, o tratamento era ainda pior: eram vistas como rudes, bárbaras e promíscuas, o que fazia com que não fossem enxergadas como seres merecedores de cidadania. Seus rostos não figuravam nos jornais da época; em vez disso, as fotos de trabalhadores e trabalhadoras das indústrias contavam com a presença das imigrantes europeias, ou seja: mulheres brancas, de traços considerados finos e elegantes.

A rotina nas fábricas era organizada de forma exaustiva, contando com jornadas de trabalhos de 10 a 14 horas por dia sob a supervisão de mestres e patrões – todos homens. As tarefas das mulheres eram, em geral, as que exigiam um menor grau de especialização e, por conseguinte, resultavam em uma baixa remuneração. Enquanto isso, os cargos mais altos e que exigiam maior grau de decisão eram protagonizados por homens. Ademais, não havia uma legislação trabalhista que protegesse essas mulheres dos frequentes abusos de poder ou mesmo dos casos de assédio sexual que vivenciavam diariamente.

Rago (2018) apresenta o depoimento de Luiza Ferreira de Medeiros, operária que trabalhava na fábrica têxtil Bangu, no Rio de Janeiro, durante a Primeira Guerra Mundial. A operária diz que o trabalho na fábrica tinha início às 06 horas e terminava em média às 17 horas; o horário de almoço variava conforme a decisão dos mestres e, independentemente de haver ou não horário de almoço, o salário era o mesmo.

A operária cita um dos mestres, um homem chamado Cláudio, que usava várias artimanhas para praticar sexo com as moças das fábricas: as trancava em seu escritório até conseguir realizar seus desejos com elas, aplicava punições para as que cometiam até mesmo falhas pequenas com o intuito de que elas cedessem às vontades dele, entre outras.

Muito frequentemente, a condição da mulher trabalhadora era associada a uma falta de moral ou à fragilidade moral das mulheres. O jornal operário *A razão*, de 1919, apontava em uma de suas matérias que

o papel de uma mãe não consiste em abandonar seus filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas vezes consequências lamentáveis, quando melhor seria que somente o homem procurasse produzir de forma a prover as necessidades do lar. (Rago, 2018, p. 585)

A responsabilização das mulheres por problemas que pudessem surgir em seus lares constituía mecanismo para tentar afastá-las do mundo do trabalho e garantir sua reclusão no espaço privado. Os médicos, teóricos e economistas ingleses defendiam a teoria de que o trabalho das mulheres fora de casa destruiria seus lares e, conseqüentemente, arruinaria a ordem social vigente baseada em padrões europeus (Rago, 2018).

Conforme a sociedade se modernizava, os industriais inspirados pelo taylorismo defendiam a “humanização das fábricas” através da adoção de uma nova roupagem com o objetivo de eliminar a “lepra da luta de classes” (Rago; Moreira, 1995, p. 588-589). Os autores descrevem a situação das mulheres a partir de uma hierarquia social como pode ser vista na figura 02.

Figura 02 – Hierarquia social de acordo com os gêneros.



Fonte: Elaboração própria, a partir de Rago (2018).

A autora reflete acerca dessa hierarquia e sinaliza que as mulheres que faziam parte da classe trabalhadora eram consideradas ignorantes, incapazes e irresponsáveis. Enquanto isso, as que faziam parte das classes sociais mais elevadas

estavam no centro da hierarquia e constituíam a parcela da sociedade para a qual a preocupação moral era mais frequentemente direcionada. O homem estava no topo da hierarquia, uma vez que era considerado mais capaz e sua liberdade moral não sofria tantas restrições como no caso das mulheres.

As relações de trabalho foram ao longo da história, portanto, moldadas a partir de uma divisão sexual do trabalho que impunha às mulheres espaços de menor prestígio, e a minimização da relevância do seu trabalho. Ademais, de acordo com Federici (2019, p. 232):

a diferença de poder entre mulheres e homens e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural permitiam ao capitalismo ampliar imensamente “a parte não remunerada do dia de trabalho” e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino.

Logo, há uma estreita relação entre a subjugação da mulher e o sistema capitalista. Federici (2019, p. 240) afirma que Michel Foucault definiu o “disciplinamento do corpo” como uma das condições para que o sistema capitalista se desenvolvesse. A expressão é entendida pela autora como um mecanismo pelo qual o Estado e a Igreja transformavam potencialidades dos indivíduos em força de trabalho.

2.3 Implicações de ser gestora

É necessário lembrar que as estruturas de poder presentes em empresas e instituições – mesmo as educativas – foram construídas a partir de atributos masculinos (Motta, 2000). Ora, se essas instituições fazem parte da sociedade e essa foi sendo construída sob a égide de uma cultura marcadamente capitalista e patriarcal, como não o ser? Santana (2021, p. 18) discute as bases da estrutura das instituições públicas e afirma que seria ingenuidade supor que essas não estão impregnadas de “traços da hierarquia de gênero”.

Ao acessar cargos de gestão, as mulheres enfrentam um fenômeno intitulado segregação hierárquica, que pode ser definido como “menor velocidade com que as mulheres ascendem na carreira, o que resulta em uma sub-representação nos cargos de comando das organizações” (Vaz, 2013, p. 765). Isso ocorre por dois motivos que se retroalimentam: a existência de práticas de discriminação contra mulheres em cargos de comando e a menor inclinação feminina a assumir cargos de comando.

No estado do Rio Grande do Norte, alguns dados são alarmantes: entre janeiro de 1995 e abril de 2016, ocorreram 233 nomeações para o cargo de Secretário(a) Estadual, no entanto apenas 22 dessas nomeações eram de mulheres (Melo, 2018). Além disso, é interessante verificar o comparativo de nomeações femininas na esfera estadual e federal nesse espaço de tempo:

Quadro 05 – Nomeações femininas, por governo, nos Ministérios e nas Secretarias Estaduais (SE) do RN

PERÍODO	GOVERNO FEDERAL	NOMEAÇÕES FEMININAS NOS MINISTÉRIOS	GOVERNO ESTADUAL	NOMEAÇÕES FEMININAS NAS SE
1995 a 1998	FHC	1	Garibaldi Alves	2
1999 a 2002	FHC	1	Garibaldi Alves	0
			Fernando Freire	1
2003 a 2006	LULA	6	Wilma de Faria	4
2007 a 2010	LULA	5	Wilma de Faria	4
			Iberê Ferreira	0
2011 a 2014	Dilma Rousseff	9	Rosalba Ciarline	6
2015 a 2016	Dilma Rousseff	9	Rosalba Ciarline	5

Fonte: Melo (2018).

Uma observação pertinente diz respeito ao número de mulheres nomeadas em períodos de gestão feminina. Durante os dois mandatos da ex-presidenta Dilma Rousseff o número de nomeações femininas nos ministérios é maior que o somatório de nomeações femininas nos quatro mandatos anteriores. Enquanto Dilma fez 18 nomeações femininas em dois mandatos, sendo um deles interrompido por um golpe, FHC e Lula juntos contabilizam 13 nomeações em quatro mandatos.

Na esfera estadual essa diferença é ainda maior: Wilma de Faria e Rosalba Ciarline contabilizam 19 nomeações de mulheres em dois mandatos cada uma, enquanto os demais governadores juntos contabilizam 03 nomeações femininas nas SE. Isto é, ter uma mulher em cargo de chefia, quer seja na esfera pública federal, quer seja na esfera estadual, possibilita maior quantitativo de mulheres nos espaços públicos.

Quando voltamos nosso olhar à gestão escolar, Mendes, Rios e Vieira (2019) afirmam que aos cargos de gestão foram atribuídas características que culturalmente são tidas como masculinas: autoridade e poder de persuasão, a exemplo. Os autores realizaram um estudo com um grupo de professores, homens e mulheres, sobre a

percepção que eles e elas têm sobre liderança feminina e masculina na direção escolar.

Entre os entrevistados, 70% afirmaram que os resultados são melhores quando um homem lidera já que, segundo eles e elas, o homem consegue impor mais respeito, enquanto as mulheres são mais instáveis em suas decisões. Desse total, 50% das respostas são de mulheres, o que deixa claro a ideia que essas mulheres ainda têm sobre si: um ser frágil, com pouca aptidão para fazer uso da autoridade.

Quando questionados se preferem trabalhar com diretor ou diretora, 60% informaram preferir o trabalho com um diretor, pois esse seria dotado de uma postura mais racional e mais segura em suas decisões. Quanto aos 40% restantes, esses dizem não haver diferença entre o trabalho de um diretor ou uma diretora. Em nenhum momento da aplicação do questionário foi percebida a preferência por mulheres em cargos de gestão.

Mendes, Rios e Vieira (2019) explicam que, apesar de a mulher estar conseguindo construir sua história nas últimas décadas, os postos de chefia continuam sendo espaços determinados como naturalmente masculinos, em que as características culturalmente atribuídas aos homens seriam mais necessárias. Os autores afirmam que é necessário continuar a discussão sobre a presença de mulheres em cargos de chefia para que, em algum momento da nossa história, não sejam tecidas comparações sobre a gestão dos sujeitos em razão de seu sexo biológico.

3 BREVE PANORAMA DAS MULHERES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

3.1 As escolas profissionais femininas no Brasil

A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas. (Louro, 2003, p. 57)

A Escola Pública da Freguesia de Sant'Anna, atual Escola Municipal Rivadávia Corrêa, foi inaugurada em 14 de março de 1877. Na ocasião estiveram presentes o imperador, o ministro do Império, senadores, o inspetor geral da instrução primária e secundária do município, entre outras autoridades (Bonato, 2008). A escola era destinada à educação de ambos os sexos, porém com uma clara separação entre o que era ensinado a meninos e meninas. De acordo com o Guia da Escola do Imperador (2005), todos os alunos e alunas aprendiam letras e matemática, porém às meninas era destinado também o ensino de prendas domésticas enquanto aos meninos era ensinado ciências.

O Decreto n.º 838, de 11 de outubro de 1911, determinou a criação de 20 escolas profissionais, sendo 10 femininas e 10 masculinas. Porém as duas primeiras escolas profissionais femininas foram criadas apenas dois anos após, por força do Decreto n.º 912, de 10 de maio de 1913, do general Bento Ribeiro (Bonato, 2003). As escolas deveriam funcionar em regime de externatos e deveriam ser regidas e dirigidas por mulheres. Essas duas escolas foram nomeadas Escola Profissional Bento Ribeiro e Escola Profissional Rivadávia Corrêa.

A primeira delas, a Escola Profissional Bento Ribeiro, tinha como foco atender as moças que faziam parte de famílias de classe social inferior e funcionou com exclusividade para o público feminino até 1968, ano em que passou a ser uma escola mista, ou seja, recebendo meninos e meninas. As informações sobre essa escola durante o momento em que era ambiente exclusivo para mulheres são escassas, no entanto, Bonato (2003) traz em seu estudo uma foto de 1916, onde estão as alunas e a diretora dessa escola.

Figura 03 – Alunas e diretoras da Escola Bento Ribeiro



Fonte: Bonato (2003).

Brilhante (2019) tece uma análise sobre essa fotografia que diz respeito ao tipo de fardamento usado pelas moças que estudavam na escola. O branco de suas roupas, de acordo com a autora, faz menção à pureza que essa cor traz e que era esperada das mulheres. Enquanto seres cuja moral devia ser inabalável, somando a cor às características de suas roupas, é possível notar que esses fardamentos são vestidos, peças que historicamente são tidas como femininas.

Os vestidos cobrem os joelhos das moças, têm mangas longas e possuem golas altas de forma a esconder o colo das jovens. Essas vestimentas eram coerentes com o vestiário feminino da época; o modelo esconde as formas, porque é largo e marca a ideia de modéstia e recato, exigido às mulheres. Ainda de acordo com as análises construídas por Brilhante (2019), é necessário evidenciar que a roupa usada pela diretora da escola tem um tom mais escuro, passando a mensagem de superioridade da mestra em relação às alunas.

O funcionamento da escola era afetado pelas constantes mudanças no que tange ao local de funcionamento, uma vez que não tinha prédio próprio (Carneiro Leão, 1926 *apud* Bonato, 2008). Os autores afirmam que, apesar desses percalços, a primeira escola de Educação Profissional foi muito elogiada pelo sucesso que obteve (Brilhante, 2019).

Em 1914, porém, uma retificação do Decreto n.º 838/1911 estabelece a criação da segunda Escola Profissional Feminina na cidade onde à época era a capital brasileira, o Rio de Janeiro. Entre os avanços apontados por Brilhante (2019), está o

próprio nome da instituição: dessa vez a escola recebe o nome de uma mulher, passando a ser chamada de Escola Profissional Feminina Rivadávia Corrêa. De acordo com Bonato (2000), a escola oferecia um único curso profissional do qual fazia parte o ensino de alguns componentes indicados no quadro 06, a seguir.

Quadro 06 – Artes ensinadas no curso profissional feminino da Escola Profissional Feminina Rivadávia Corrêa.

CURSO PROFISSIONAL FEMININO
Modelagem
Desenho
Pintura
Gravura
Litografia
Fotografia
Escrituração mercantil
Datilografia
Estenografia
Tipografia: brochura e encadernação
Telegrafia
Costura à mão e à máquina
Cortes
Bordados à mão e à máquina
Rendas à mão e à máquina
Flores e suas aplicações
Chapéus e coletes para senhoras

Fonte: Elaboração própria, a partir de Bonato (2008).

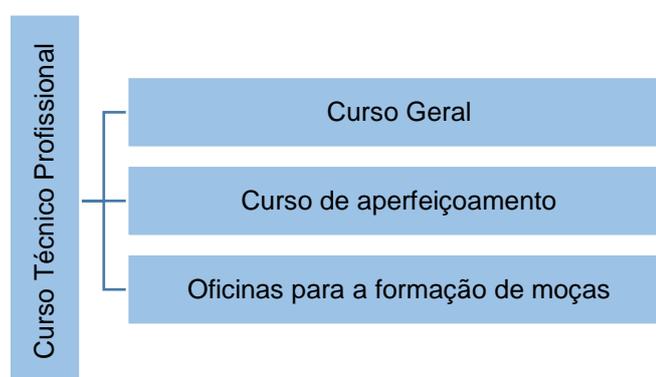
Conforme pode ser inferido após a análise do quadro 06, o curso profissional feminino tinha objetivos bem claros: oferecer um curso profissional que ainda mantivesse em sua essência a manutenção dos dotes marcadamente femininos. Uma vez que só havia esse curso profissional, as mulheres já sabiam com o que poderiam trabalhar: rendas, bordados ou sala de aula, ainda que o magistério não fosse a tarefa mais comum às mulheres no início da república (Brilhante, 2019).

O ingresso na escola ocorria por meio de exame de admissão e muitas dessas meninas tinham entre 12 e 20 anos (Bonato, 2008). Além disso, dada a alta demanda, muitas ficavam esperando durante algum tempo até que surgissem vagas na escola. Para aquelas que conseguiam uma vaga, suas rotinas incluíam estudos voltados à formação para o trabalho doméstico, com salas específicas para cada tipo de conhecimento. Essa instituição tornou-se modelo no que diz respeito à formação de mulheres no Brasil, recebendo inclusive autoridades da época como o então

presidente Dr. Venceslau Braz que, juntamente com outras autoridades, visitou a escola em 05 de maio de 1916 (Martins, 2013).

Para além dessas duas escolas, a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha ganhou notoriedade nos anos seguintes. A instituição situava-se em Campos, no Rio de Janeiro, e voltava-se para a oferta do Curso Técnico Profissional (Reis, 2013). Esse curso tinha, conforme o autor citado, o currículo composto de 03 etapas:

Figura 04 – Composição do Curso Técnico Profissional da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha



Fonte: Elaboração própria, a partir de Reis (2013).

Uma novidade no que diz respeito às demais escolas profissionais estava na inclusão do ensino de disciplinas como português, aritmética e química. Paralelo a isso, a grade curricular incluía o ensino de higiene e economia doméstica (Reis, 2013), disciplinas voltadas para a formação de habilidades necessárias à vida privada. Seu público era composto principalmente por meninas de famílias menos privilegiadas, que recebiam nesse curso profissional as lições para se tornarem boas esposas e donas de casa, enquanto os homens eram educados para o trabalho na indústria (Reis; Martinez, 2012).

Escolas como as que foram mencionadas são instaladas em outras capitais do país, com o mesmo intuito: a formação das mulheres para o trabalho doméstico. Uma das disciplinas que compunha um avanço nessa formação, a química analítica, foi retirada do currículo dessas escolas porque supostamente não foi bem aceita. No entanto, é importante evidenciar que essa disciplina faz parte do campo das ciências exatas e, assim como outras áreas em que existem muitos cálculos, foi ao longo do tempo sendo transformada em uma disciplina masculina (Teixeira; Freitas, 2014).

Tendo discutido acerca de algumas das escolas profissionais que alcançaram notoriedade no Brasil, na próxima subseção são apresentados os resultados de um estado do conhecimento acerca do que vem sendo produzido sobre mulheres e Educação Profissional no Brasil.

3.2 A produção científica sobre mulheres e educação profissional

Buscando compreender o que vem sendo produzido sobre relações de gênero e Educação Profissional, foi feito um estado do conhecimento com o objetivo de averiguar o que está sendo produzido sobre Educação Profissional e Relações de gênero na plataforma SciELO. A busca foi realizada em agosto de 2022 com os descritores Educação Profissional, gênero e mulheres, aplicando filtros com objetivo de que as buscas retornassem trabalhos apenas do tipo artigo científico.

Antes disso, porém, foi feita uma tentativa de aplicar o descritor gestão às buscas, porém o uso desse descritor não resultou em nenhum artigo. O que é, em si, um dado relevante aos estudos que discutem gestão feminina na Educação Profissional; esse, no entanto, é um ponto a ser analisado mais à frente. Nesse momento, é necessário compreender o que é um estado do conhecimento e qual o caminho metodológico percorrido na realização desta etapa da pesquisa aqui descrita.

O estado do conhecimento é, segundo Romanowski e Ens (2006, p. 40), um “recorte de um estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado”. É, também, um tipo de pesquisa que vai além de um registro, identificação ou mesmo categorização, pois coloca aquilo que é produzido nas ciências em um espaço que funcionará para determinar sua especificidade temática (Morosini; Fernandes, 2014).

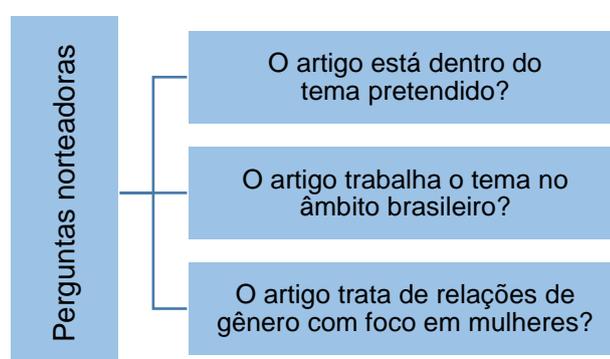
O lócus para a realização desse estado do conhecimento foi a biblioteca digital SciELO, escolhida para esse fim em razão de sua abrangência em número de periódicos. Na etapa inicial deste estudo, que diz respeito à seleção dos materiais estudados, foram utilizados os descritores Educação Profissional, gênero e mulheres, sem aspas e com o uso do operador booleano *and* entre essas palavras.

Com o objetivo de encontrar trabalhos que se aproximassem mais do campo estudado nesta dissertação, usamos alguns filtros para a busca. Os filtros utilizados foram: o tipo de literatura e a área de estudo dos trabalhos. Dessa forma, optamos pela busca apenas por trabalhos do tipo artigo científico e excluímos de nossos

resultados trabalhos que eram da área de linguagens e saúde. Nessa etapa foram encontrados 32 artigos científicos que relacionam Educação Profissional e relações de gênero.

Ao fim dessa primeira busca, exportamos os artigos para o gerenciador de referências Zotero e para o aplicativo web Rayyan, onde foi feita uma análise dos títulos e resumos dos trabalhos a fim de selecionar os artigos que iriam ser analisados. Para essa etapa utilizamos três perguntas norteadoras que funcionaram também como critérios de seleção ou exclusão dos artigos, como pode ser visto na figura 05.

Figura 05 – Critérios de seleção dos artigos



Fonte: Elaboração própria (2023).

Essas perguntas foram pensadas com o intuito de contornar algumas características dos artigos que foram percebidas durante a seleção inicial. Apesar de filtrar a área de estudo dos artigos buscados, alguns trabalhos encontrados tratavam de gênero no ambiente hospitalar ou com foco no estudo dos homens que atuam na educação infantil.

Após o processo de análise dos títulos e resumos dos artigos foram selecionados 09 artigos para compor o corpus de análise deste estudo, conforme pode ser observado no quadro 07 a seguir:

Quadro 07 – Artigos selecionados para análise

N.º	TÍTULO DO ARTIGO	AUTOR(ES) E ANO	PERIÓDICO
1	Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil	Arce (2001)	Cadernos de pesquisa/ Fundação Carlos Chagas
2	Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940	Azevedo e Ferreira (2006)	Cadernos Pagu/UNICAMP

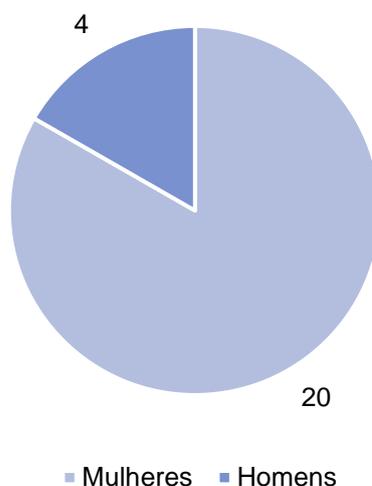
3	Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior	Ferreira, Teixeira e Ferreira (2022)	Revista Katálysis/PPGSS/UFSC
4	Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969)	Ferreira et al (2008)	História, Ciências, Saúde/FIOCRUZ
5	Perfil e percepções de futuras educadoras do campo a partir do ingresso em Universidade Pública	Gislotti et al (2021)	EDUCAÇÃO E PESQUISA/USP
6	Discutindo gênero na educação profissional e tecnológica: conquistas, desafios, tabus e preconceitos	Incerti e Casagrande (2021)	Cadernos Pagu/UNICAMP
7	Viés de gênero na escolha profissional no Brasil	Pessoa, Vaz e Botassio (2021)	Cadernos de pesquisa/Fundação Carlos Chagas
8	Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”	Silva e Ribeiro (2014)	Ciência & educação (UNESP)
9	Educação física, gênero e mercado de trabalho: percepções de mulheres sobre a futura área de atuação profissional	Ungheri et al (2022)	Trabalho, Educação e Saúde/EPSJV/FIOCRUZ

Fonte: Elaboração própria (2022).

É necessário pontuar o número pequeno de artigos que tratam de relações de gênero na Educação Profissional com foco em mulheres. A opção pela SciELO como locus deste estudo foi buscando aumentar o número de resultados, porém ainda assim o número de trabalhos encontrados foi pequeno quando comparado com o tamanho da plataforma. A maioria dos artigos é oriunda de instituições da região sudeste, o que pode sugerir que, apesar de abrangente, o repositório não atende significativamente todas as regiões brasileiras.

Após o uso dos descritores mencionados anteriormente e a aplicação dos filtros já mencionados, foram encontrados apenas 32 artigos que tratavam de relações de gênero e Educação Profissional, o que é um número muito pequeno tendo em vista a abrangência da plataforma escolhida como locus de pesquisa. Quando fizemos a análise dos trabalhos com base nos títulos e resumos, esse número caiu ainda mais, restando apenas 09 artigos que se encaixavam nos critérios descritos.

Inicialmente, buscamos compreender a quem interessa fazer pesquisa sobre esse campo de estudo. Para isso, foi feita uma análise dos autores desses artigos, a partir de seu gênero, ilustrada no gráfico 01:

Gráfico 01 – Autoria dos artigos estudados divididos por sexo

Fonte: Elaboração própria (2023).

A autoria dos 09 artigos estudados conta com o nome de 24 pesquisadores e, desses, apenas 04 são homens. Para além desse dado quantitativo, há outro dado relevante no que diz respeito ao fato de que, em cada um desses artigos, há pelo menos uma mulher como autora.

Partindo desses dados, inferimos que há um interesse maior por parte das mulheres na produção de trabalhos sobre relações de gênero com foco em mulheres. Isso nos remete ao cunho político dessas produções e ao intuito dessas autoras de trazer luz às conjunturas sociais e políticas em que estão inseridas.

Um das discussões constantes nesses artigos é a construção social de que as mulheres teriam maior habilidade para a docência de nível infantil, uma vez que para esse nível de educação o cuidado, dom que ainda é tido como naturalmente feminino, seria um ponto-chave de sua atuação. Paralelo a isso, aos docentes do sexo masculino, o lugar mais propício seria a educação de nível superior, espaço de maior prestígio na docência.

Nesse sentido, existe uma falsa noção de que homens publicam mais que as mulheres, uma vez que não têm outras atribuições como as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos. Para ilustrar isso, Ferreira (2004) faz uma análise sobre a maternidade e o casamento e afirma que essas dimensões da vida têm sempre um peso maior para as mulheres do que para os homens e funcionam como mecanismos para alguns determinismos que ainda perduram.

Ao adicionar à discussão a categoria raça, Ferreira, Teixeira e Ferreira (2022) concluem que a docência de nível superior, além de ser um espaço em que há maior probabilidade da presença de homens, é também reconhecido como um lugar para homens brancos. Esses autores defendem que: “o ambiente acadêmico foi construído como um espaço de segregação racial, em que é frequente a invisibilidade da mulher negra na docência universitária de instituições de ensino públicas e privadas” (Ferreira; Teixeira; Ferreira 2022).

Sendo assim, a construção desse estado do conhecimento nos despertou algumas considerações. A primeira delas diz respeito aos estudos que relacionam gestão e relações de gênero na Educação Profissional: ao utilizar a plataforma SciELO como locus desta pesquisa pensávamos que o número de trabalhos que relacionam esses temas fosse ser muito pequeno, no entanto, não obtivemos qualquer resultado.

Esse é, em si, um dado pertinente e que contribui para a justificativa desta pesquisa. É necessário mostrar as dificuldades enfrentadas diariamente por mulheres gestoras da educação, afinal, elas existem. Se queremos falar em mudança das condições de trabalho dessas mulheres é preciso partir do conhecimento de suas realidades.

Os ambientes formativos, sejam eles escolares ou não, não podem contribuir para a promoção de desigualdades e opressão contra a comunidade escolar feminina. É preciso que os determinismos que rondam a nossa sociedade não encontrem campo fértil em um ambiente em que nós, enquanto mulheres, deveríamos nos sentir acolhidas.

É no sentido de contribuir para trazer luz às vivências de mulheres que atuam em cargos de gestão na reitoria do IFRN que na próxima sessão nos preocupamos em analisar as entrevistas de seis mulheres que atuaram e/ou atuam na reitoria do instituto. Conheceremos um pouco mais a perspectiva que essas mulheres têm sobre as relações de poder e gênero nesse ambiente tão masculino.

4 HISTÓRIAS DE SI: FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E GESTÃO

4.1 As protagonistas desta narrativa

Você pode me marcar na história
Com suas mentiras amargas e distorcidas
Você pode me esmagar na própria terra
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.

Meu atrevimento te perturba?
O que é que te entristece?
É que eu ando como se tivesse poços de petróleo
Bombeando na minha sala de estar.

Assim como as luas e como os sóis,
Com a certeza das marés.
Assim como a esperança brotando,
Ainda assim, eu vou me levantar.

Você queria me ver destroçada?
Com a cabeça curvada e os olhos baixos?
Ombros caindo como lágrimas,
Enfraquecidos pelos meus gritos de comoção?

Minha altivez te ofende?
Não leve tão a sério
Só porque rio como se tivesse minas de ouro
Cavadas no meu quintal.

Você pode me fuzilar com suas palavras,
Você pode me cortar com seus olhos,
Você pode me matar com seu ódio,
Mas ainda, como o ar, eu vou me levantar.

Minha sensualidade te perturba?
Te surpreende
Que eu dance como se tivesse diamantes
Entre as minhas coxas?

Saindo das cabanas da vergonha da história
Eu me levanto
De um passado enraizado na dor
Eu me levanto
Sou um oceano negro, vasto e pulsante,
Crescendo e jorrando eu carrego a maré.

Abandonando as noites de terror e medo
Eu me levanto
Para um amanhecer maravilhosamente claro
Eu me levanto
Trazendo as dádivas que meus ancestrais me deram,
Eu sou o sonho e a esperança dos escravos
Eu me levanto
Eu me levanto
Eu me levanto (Angelou, 2020, p. 175-176)

Tendo vivido todo o processo de escuta que a pesquisa qualitativa proporciona e assumindo o caráter político impresso nestas páginas, não poderia escolher outro texto para iniciar esta seção, senão o majestoso poema intitulado “Ainda assim eu me levanto”, de Maya Angelou¹³. A escolha é óbvia quando penso em todos os relatos que ouvi, mas também quando reflito sobre as inúmeras vezes que nós, mulheres, somos silenciadas e precisamos nos levantar e aumentar o tom de nossa voz com a finalidade de sermos ouvidas.

Maya Angelou carrega em seus textos uma posicionalidade e um poder capaz de levantar outras mulheres e fazer com que enxerguemos a força existente em nosso interior. Todas as mulheres entrevistadas neste estudo são dotadas de uma essência poderosa e esse poema parece fazer referência a cada uma delas. Sendo assim, não poderia escolher outra maneira senão a literatura de Maya Angelou para apresentar as seis protagonistas desta pesquisa, bem como tentar descrever um pouco da atmosfera vivida durante as entrevistas. Todos os pseudônimos utilizados foram escolhidos como forma de homenagem a autoras potiguares.

Antes de tudo, no entanto, é necessário fazer algumas considerações sobre essas mulheres. O perfil das entrevistadas compreende mulheres na faixa etária dos 43 aos 59 anos de idade, em que quatro delas são brancas, uma se identifica como parda e outra como negra. No que diz respeito à orientação sexual, quatro dessas mulheres são heterossexuais, uma é bissexual e outra se afirma livre, já que não gosta dos rótulos impostos pela sociedade.

Três das entrevistadas estão em relacionamentos, sejam casamentos ou uniões estáveis, e as demais estão solteiras ou divorciadas. A constituição familiar dessas mulheres é bem variável, enquanto uma delas mora apenas com o marido, outra, como Risolete Fernandes, mora com “três filhos, um neto... dois cachorros e um monte de gente na minha casa”.

Para conhecer o perfil profissional das mulheres entrevistadas, foi realizado um levantamento de alguns dados profissionais pertinentes à pesquisa. No sentido de

¹³ Marguerite Annie Johnson, nascida em St. Louis, Missouri, Estados Unidos, em 4 de abril de 1928, ganhou o apelido de Maya, na infância, de seu irmão mais velho; já o sobrenome Angelou herdou de um ex-marido. Foi a segunda filha de uma enfermeira e de um porteiro e nutricionista da marinha dos EUA. Angelou, ao longo de sua vida, rompeu vários paradigmas. Foi a primeira mulher negra a conduzir trens nos EUA logo depois de se tornar mãe aos dezesseis anos. No cinema e na TV, foi diretora, roteirista e produtora cultural, funções preferencialmente masculinas na época. Como atriz, atuou em várias peças e musicais da Broadway. Foi também professora e poeta, escrevendo um dos poemas mais lidos nos EUA, denominado “Still I Rise” (“Ainda assim eu me levanto”) (Fanini; Amaral; Sandrini, 2020).

minimizar ao máximo o risco de quebra de sigilo das entrevistadas foram utilizados alguns códigos para trabalhar com essas informações. Em primeiro lugar, optou-se por sinalizar se a formação das mulheres é em educação ou não, evitando especificar a área de formação.

Também foi usado um sistema para especificar o tempo de atuação no cargo sem afirmar o tempo exato, já que essa é uma informação simples de ser encontrada. Dessa maneira, foram utilizados os códigos *inferior a um ano*, *superior a um ano* e *superior a quatro anos* para indicar o período em que cada mulher atuou ou está atuando como pró-reitora. Os pseudônimos das entrevistadas e suas respectivas informações podem ser vistas no quadro 08 que conta também com uma informação extra: a posição de cada uma das entrevistadas sobre a possibilidade de se candidatar à reitoria do instituto.

Quadro 08 – Informações das mulheres entrevistadas

ENTREVISTADA	ÁREA DE FORMAÇÃO	ESCOLARIDADE	TEMPO DE ATUAÇÃO NO CARGO	HÁ POSSIBILIDADE DE SE CANDIDATAR À REITORIA?
Marize Castro	Outra	Pós-graduação	Superior a um ano	Sim
Zila Mamede	Educação	Pós-graduação	Inferior a um ano	Não
Risolete Fernandes	Educação	Pós-graduação	Superior a um ano	Sim
Margarida Cavalcante	Outra	Pós-graduação	Superior a quatro anos	Não
Diva Cunha	Educação	Pós-graduação	Superior a um ano	Não
Geni Macedo	Outra	Pós-graduação	Superior a quatro anos	Não

Fonte: Elaboração própria (2024).

4.1.1 Eu me levanto/De um passado enraizado na dor

Marize Castro¹⁴ foi a primeira entrevistada e também a que me presenteou com uma das falas mais intensas. Seu olhar é de uma amorosidade que me abraçou desde o primeiro momento e a entrevista concedida foi regada a risos e muitas lágrimas. A prática profissional dessa mulher foi marcada por diversos momentos em que ela se

¹⁴ Marize Lima de Castro nasceu em Natal, RN, em 28 de dezembro de 1962. Jornalista, editora, escritora e poeta, formada em comunicação social e mestra em Educação pela UFRN. Tem seus poemas traduzidos por poetas de outros países como EUA e Espanha. Publicou, entre outros, *Zila Mamede: se esse humano dos meus gestos* (2003) e *Habitar teu nome* (2011) (Furtado; Ferreira, 2012).

sentia sozinha e sofria violência de gênero, inclusive por parte de outras mulheres. Em um dos momentos mais emocionantes da entrevista ela relata: “eu fiquei repensando, que não valia nem um pouco a pena, né? Deixar de viver minha vida com a minha família, para assumir um cargo no local que as pessoas nem queriam que eu tivesse e que não tinha apoio nenhum”.

Além disso, Marize afirmou que precisou passar por tratamento psicológico para conseguir voltar às suas funções profissionais após o período de maior estresse e que se arrepende em diversos momentos de assumir uma pró-reitoria, porém quando perguntada se tinha a pretensão de se candidatar ao cargo de reitora, a resposta foi positiva. Segundo ela, os momentos ruins que passou no cargo não mudaram seu pensamento quanto à necessidade de que uma mulher ocupe esse espaço.

4.1.2 Para um amanhecer maravilhosamente claro/Eu me levanto

A entrevistada que recebeu o pseudônimo Zila Mamede¹⁵ é uma mulher séria e que fala com muito orgulho da sua trajetória profissional. É interessante notar que os olhos brilham quando ela fala sobre sua formação e sobre sua entrada no IFRN. Além disso, fala com muito carinho do trabalho como pró-reitora, afirmando que apesar da rotina cansativa sente que chegou ao lugar que queria.

Zila deixa claro em sua fala a percepção de que o IFRN é um espaço muito masculino e o quão entranhadas estão as relações de gênero e poder na instituição. Segundo a entrevistada: “as tomadas de decisões são, em sua maioria, masculinas, porque de fato nós somos uma instituição extremamente masculina, com os espaços ocupados em sua maioria por homens”.

Outro ponto bastante presente na fala da entrevistada é o silenciamento frequente das mulheres. Sendo o IFRN um espaço com muitos homens, Zila acredita que esses sujeitos se sentem muito à vontade para interromper a fala das mulheres

¹⁵ Zila da Costa Mamede nasceu em Nova Palmeira, PB, em 15 de setembro de 1928. Apesar de ter nascido na Paraíba afirmava que sentia-se enraizada no RN. Foi poeta, bibliotecária, professora, biógrafa, jornalista e escritora. Publicou *Rosa de Pedra* (1953), *O arado* (1959), *A herança* (1984) e outros. Faleceu em 13 de dezembro de 1985 após se afogar na Praia do Forte, Natal, RN (Araújo; Marques; Praxedes, 2023).

ou mesmo para usar tons que normalmente não seriam utilizados com um servidor do sexo masculino.

4.1.3 Meu atrevimento te perturba?/O que é que te entristece?

Risolete Fernandes¹⁶ transpira atrevimento. O atrevimento está presente no modo como anda, fala e se impõe e acredito que qualquer um possa perceber isso mesmo a distância. Em sua entrevista há o tom de uma mulher que sabe da sua inteligência e que precisou usar o atrevimento para se impor em um espaço tão masculino como a reitoria do IFRN. No que diz respeito ao aceite em se tornar pró-reitora, afirma: “me sentia muito preparada para isso em função desse conhecimento e dessa experiência adquirida”.

Sendo uma mulher com opiniões tão fortes, ela contou um pouco sobre seu trabalho com um leve tom de divertimento mesmo quando relatava alguns preconceitos que sofreu/sofre. Contou, por exemplo, que a percepção dela é de que as mulheres que atuam na reitoria são colocadas em lugares onde acreditam que elas devam estar, são subalternizadas pela profissão, principalmente as pedagogas, e pelo gênero. Para Risolete, é necessário não se conformar com os lugares que os homens determinam para as mulheres e se impor cada vez mais.

4.1.4 Sou um oceano negro, vasto e pulsante

Margarida Cavalcante¹⁷ carrega em sua essência uma complexidade que se desnuda em diversos momentos: em suas falas, em seus gestos, em seu olhar. A entrevista foi realizada acompanhada de um sorriso e um olhar nostálgico por parte

¹⁶ Maria Risolete Fernandes nasceu em Caraúbas, RN, em 09 de abril de 1949. É cientista social e especialista em Metodologia da Pesquisa pela UFRN. Atuou nas décadas de 70 e 80 na organização do Movimento de Mulheres do RN, que resultou na fundação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e das Minorias em Natal/RN. Publicou o livro intitulado *A história omite, eu conto: mulheres em luta no Rio Grande do Norte de 1980 a 2000* (2004) (Furtado; Ferreira, 2012).

¹⁷ Maria Margarida Pereira Cavalcante nasceu em Alexandria, RN, no dia 23 de maio de 1948. Pedagoga, artista plástica, poeta e escritora, possui pós-graduação em Tecnologia Educacional pela UFRN. Participou de Antologias Literárias locais e nacionais, concursos literários e publicações em revistas educacionais (Furtado; Ferreira, 2012).

da entrevistada. Apesar do ar descontraído da conversa, Margarida identifica em si uma descrença sobre seus potenciais, o que pode ser observado a partir de sua fala:

Meu marido dizia: seu perfil é de gestora, você sabe disso. Eu nunca achei que fosse, mas todo mundo achava menos eu. Eu reconheço, eu tenho aquela síndrome do impostor, porque eu acho que eu não sou o que o povo diz que eu sou. Então, eu não achava que tinha condições de assumir aquilo ali.

É importante salientar a importância do reconhecimento dos potenciais de Margarida por parte de seu companheiro. Em diversos momentos, a entrevistada deixa explícito em sua fala o quanto é necessário ter alguém ao seu lado que entenda a importância de suas conquistas profissionais. Em contraponto, Margarida afirma que hoje enxerga falhas em seu caminhar, uma vez que precisou deixar o casamento em segundo plano em diversos momentos.

4.1.5 Minha altivez te ofende?/Não leve tão a sério

A entrevistada Diva Cunha¹⁸ dialoga em diversos pontos com as falas de Zila Mamede e Risolete Fernandes. Diva afirma, por exemplo, que os maiores desafios enfrentados por ela estão voltados para se fazer ouvir e se fazer ver na instituição, e também ao representar o IFRN em outras instituições. Aponta que muitos comportamentos tidos para com as mulheres não são os mesmos para com os homens, independentemente da hierarquia em que se encontram: “São comuns interrupções nas falas das mulheres que estão na gestão, descrédito em relação às nossas falas, questionamentos excessivos que nem sempre ocorrem com outros colegas homens”.

Ela conta que optou por um estilo de vida em que pudesse dedicar tempo integral à profissão e que não se arrepende de ter feito isso. Apesar de reconhecer que muitas mulheres conseguem conciliar a vida profissional e a vida pessoal, desde

¹⁸ Diva Maria Cunha Pereira de Macedo nasceu em Natal, RN, em 10 de dezembro de 1947. Filha de Waldomiro da Fonseca e Cunha e Maria Dalva Soares Cunha. É professora universitária aposentada, escritora e poeta. Possui doutorado em Filosofia Galego-Portuguesa realizado em Barcelona, na Espanha. Entre as obras publicadas estão *A palavra estampada* (1993) e *Literatura feminina do Rio Grande do Norte: de Nísia Floresta à Zila Mamede* (2000) (Furtado; Ferreira, 2012).

muito nova teve a percepção de que a carga de trabalho era diferente para homens e para mulheres e preferiu abdicar de algumas coisas para priorizar seu trabalho.

4.1.6 Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar

Geni Macedo¹⁹ é uma mulher que sorri inteira: lábios, olhos e aura são tomados por alegria quando fala sobre seu trabalho. Em diversos momentos reafirma que ama ser gestora tanto quanto ama ser docente e que não se enxerga fazendo outra coisa. Apesar disso, reconhece que há muitos desafios em ser gestora e que as dificuldades estariam presentes mesmo que não fosse, já que muitas têm relação direta com o ser mulher:

ser mulher... as cobranças, digamos assim, em casa ou da sociedade, pelo fato de, por exemplo, eu passar 12 horas fora de casa durante o dia e meus filhos com o pai são coisas que... que de alguma forma, se você não estiver, assim... muito tranquilo com você, você precisa inclusive de um tratamento psicológico depois.

Geni teceu algumas considerações inclusive sobre enxergar um lado cruel em ser gestora no que diz respeito à privação do convívio familiar. Suas reflexões estiveram voltadas para a quantidade de tempo que uma mulher precisa abdicar do convívio com seus filhos, por exemplo, a fim de exercer um cargo como pró-reitora. Em diversos momentos, inclusive, ela demonstra arrependimento por ter perdido os primeiros anos de vida de um de seus filhos para se dedicar ao trabalho.

4.2 A análise textual discursiva aplicada às entrevistas

A categorização do corpus textual para a análise foi realizada por meio do método misto (Moraes; Galiuzzi, 2006), onde as categorias a priori foram definidas por meio das teorias que fundamentam o estudo e as categorias emergentes são resultantes das narrativas das mulheres entrevistadas. As análises foram realizadas

¹⁹ Cícera Geni Macedo Gomes nasceu em Serro Corá, RN, em 09 de dezembro de 1940. Filha do poeta e sindicalista José Milanês e da professora Maria Macedo Xavier Silva. É professora de Língua Portuguesa, poeta e cordelista, pós-graduada em Aspectos Teóricos e Práticos de Ensino/Aprendizagem de Língua Portuguesa pela UFRN. Publicou, entre outros, *Aluno presente* (2010) e *O homem, a mulher, a vida, o trabalho* (2010) (Furtado; Ferreira, 2012).

a partir de duas categorias a priori: gênero e trabalho, cujas categorias emergentes estão dispostas no quadro 09.

Quadro 09 – Categorias de análise do corpus.

CATEGORIAS A PRIORI	CATEGORIAS EMERGENTES
Gênero	Ser gestora sendo mulher
	Violência e preconceito de gênero
Trabalho	Atuar no IFRN
	Atuar na gestão na reitoria do IFRN

Fonte: Elaboração própria (2024).

4.2.1 Ser gestora sendo mulher

As entrevistadas falam, em diversos momentos, sobre as implicações existentes em ocupar um cargo de gestão sendo mulher. Apesar de “se vestirem de atrevimento” para enfrentar situações do cotidiano, seus relatos dão conta do sentimento de culpa, arrependimentos e questionamentos sobre o que poderiam ter feito diferente. A exemplo disso, Margarida Cavalcante afirma: “Hoje eu vejo que eu falhei, (...) vivia muito o trabalho. Meu marido sempre foi uma pessoa muito de casa, na dele. Ele nunca reclamou, não. Mas hoje eu vejo que eu deixei ele muito pra lá, sabe?”. E Geni Macedo comenta: “O fato de não estar fisicamente presente em casa por 12 horas durante o dia tem consequências na vida familiar. E tem consequências em nós, né, (...) Quando você percebe, né, assim: ‘Poxa, isso não foi legal’”.

As cobranças sobre essas mulheres pesam muito em momentos de reflexões. Mesmo no caso de Margarida Cavalcante, que elogia muito o marido, há relatos de momentos em que era perguntada se iria dormir no instituto também, já que o trabalho ocupava a maior parte do seu dia. A noção das responsabilidades inatas da mulher – as tarefas do cuidado, em especial – está tão entranhada no imaginário social que nós, mulheres, acabamos por reproduzi-las inclusive inconscientemente para nós mesmas.

Mudar o pensamento das mulheres sobre essas cobranças constitui um movimento difícil, uma vez que são séculos de construções sociais incorporadas em nossas mentes. Sobre isso, Freitas (2017, p. 109) afirma que “essa dificuldade consiste na ‘autodiscriminação’ ou ‘autovigilância’ que muitas mulheres acabam impondo sobre si próprias, às vezes, de modo inconsciente”.

Além disso, Loureiro e Cardoso (2008, p. 226) explicam:

Aos homens é permitido que o trabalho interfira na vida familiar, ao ponto de colocar a carreira à frente das obrigações para os filhos e a esposa. Às mulheres, pelo contrário, é exigido que coloquem a família em primeiro lugar. Esta diferenciação é coerente com as normas sociais estabelecidas e tem que ver com toda uma herança cultural transmitida através das gerações.

Ainda nesse sentido, Marize Castro explica que mesmo existindo a possibilidade de contratar profissionais especializados para cuidar de filhos e/ou pais idosos, existem coisas que apenas você pode fazer por seus parentes. A entrevistada afirma que “tem coisas que tu não consegue delegar. Tem coisa que é seu papel de filha, né? De irmã, né?” Zila Mamede também demonstra essa percepção ao explicar que,

para além disso, eu tenho uma relação muito equilibrada na minha casa com meu esposo. Então não existe, por exemplo, na minha casa, você faz isso e eu faço aquilo. Então lá em casa se faz o que tem que ser feito. (...) Eu não tenho assim... Aqui, meu esposo me ajuda. Não, é tudo partilhado. Então, tudo isso diminui um pouco, ameniza um pouco. E aí, eu não estou dizendo que, com isso, a mulher, no lugar que ocupa, não assume a maioria das responsabilidades. Sim, ela assume. Tem coisas que, de fato, só eu assumo.

Conforme já dito, as mulheres foram conduzidas por meio das construções sociais para esse local no qual são cuidadoras natas e onde exercem o sacerdócio através do cuidar do outro. Kergoat (2017) discute o cuidado afirmando que, no caso da dona de casa, há uma relação de serviço, apoio e assistência não assalariada. Federici, em entrevista à *Folha de São Paulo*, também discute esse tema e afirma que “o que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado” (Passos, 2019).

Desenvolver tarefas no espaço público e no privado se assemelha muito a andar em uma corda bamba: ora, como fazer as duas coisas sem o sentimento de culpa? Na visão de Margarida Cunha não há como assumir um cargo de liderança sendo mulher e dar conta de tudo. Ela afirma desconhecer uma mulher que consiga exercer as duas funções perfeitamente, ou seja, é preciso escolher o que é prioridade.

Saffioti (2013, p. 97) nos faz refletir sobre as razões para a suposta negligência de uma das atribuições femininas em detrimento de outra e explica que há uma estreita relação entre essa questão e a pouca preocupação da sociedade de classes para com as mulheres:

Por tudo isso e ainda pelos arquétipos femininos que a sociedade constrói e alimenta, a adaptação da mulher às duas ordens de papéis que lhe cabe executar (se simultaneamente, de modo intermitente em grande parte dos casos) é tarefa complexa. Qualquer que seja o quadro de referência tomado, a família ou a situação de trabalho, suas funções assumem aspectos mais ou menos incompatíveis. A sociedade de classes não oferece à mulher um quadro de referência através do qual suas funções possam ser avaliadas e integradas.

Tendo consciência da complexidade que é equilibrar vida pública e privada, Diva Cunha explica que o estilo de vida que tem hoje foi pensado desde muito cedo. Optou por não se casar e escolheu não ter filhos: “isso me dá uma liberdade de tempo, de horários, de agenda, de marcar férias em períodos variados, enfim. Então, assim, é um custo pessoal muito grande”.

Contudo, Diva conta com uma rede de apoio, irmã e sobrinhos, para conseguir executar todas as suas tarefas e afirma que o suporte emocional que recebe é imprescindível à manutenção de sua rotina. Risolete Fernandes também comenta sobre a importância de ter uma rede de apoio e afirma que muitas realizações profissionais só foram possíveis por ter alguém que deu todo o suporte quando mais precisou.

O que Risolete Fernandes descreve é ponto característico do modelo de articulação entre vida profissional e pessoal de mulheres no Brasil. Nesses moldes, Hirata e Kergoat (2008) defendem que muitas mulheres terceirizam algumas de suas funções, o cuidado de familiares e as tarefas do lar, para conseguir dar conta da vida pública. Quanto às mulheres pobres, essas seguem se equilibrando em uma corda bamba para conciliar vida pública e privada, além de contar com a ajuda de parentes e amigos, quando possível.

4.2.2 Violência e preconceito de gênero

Zila Mamede explica sua percepção sobre violência de gênero: “Eu acho que a violência de gênero é quando as pessoas, a pessoa, o contexto, a condução da coisa, ela muda de ação pelo fato de você ser mulher”. Essa percepção muito se assemelha à de Diva Cunha, que complementa:

Acho que pode ser muita coisa. Às vezes é um olhar, às vezes um comentário que até pouco tempo atrás era dito que era brincadeira ou que era... Mas que não é. Acho que... Acho que às vezes uma expressão já pode vir carregada de preconceito. Às vezes até um... estranhamento da gente estar na posição. “Você aqui?”

Quando voltamos nosso olhar para os relatos das entrevistadas sobre episódios de violência e/ou preconceito de gênero, suas falas são carregadas de momentos dolorosos. Mesmo no caso das mulheres que assumiram uma postura mais rígida em razão do cargo ocupado, há um sentimento de desconforto diante de algumas situações vivenciadas no IFRN. Risolete Fernandes, por exemplo, afirma que foi descredibilizada desde o momento que assumiu o cargo, quando parte da equipe gestora afirmou: “Ah, ela não dura nem seis meses lá”.

Zila Mamede explica que, em diversos momentos, o simples fato de ser mulher em uma posição de destaque, de tomada de decisões importantes à instituição, gera incômodo. Esse incômodo faz com que muitos servidores e servidoras insiram nas relações de trabalho achismos sobre as mulheres e sobre o lugar em que deveriam estar. Nesse sentido, tanto Risolete quanto Zila defendem que as situações de preconceito e violência de gênero estão mais veladas atualmente, porém o homem sempre está em evidência no IFRN.

Conforme Silva (2010), a criação de um referencial masculino para dar conta de uma realidade é ponto primordial para compreender a violência de gênero. A partir desse referencial são construídos os estereótipos para moldar as diferentes ações que podem ser classificadas como preconceito e violência de gênero. O autor explica que a violência não deve ser entendida apenas em termos físicos e sexuais, mas também psicológicos.

Diva Cunha, por exemplo, afirma que há uma considerável dificuldade em se fazer ouvir, já que são comuns interrupções inclusive no caso de mulheres gestoras, e que o comportamento desejável ao se dirigir a ela seria de respeito à sua posição hierárquica. Nesse sentido, Geni Macedo diz que se sentiu invisibilizada em diversos momentos, tanto por ser a única mulher em atividades institucionais, como por não se sentir ouvida. Além disso, a entrevistada demonstra em sua fala a constante dúvida dos colegas sobre sua capacidade enquanto gestora.

É necessário pontuar a fala de Marize Castro. A entrevistada evidencia que o descrédito do trabalho feminino está presente na estrutura organizacional do instituto, e por parte de servidoras também. Ou seja, além de sofrerem violência de gênero por

parte dos homens, sofrem violência de outras mulheres. Sobre isso, Silva (2010, p. 560) aponta que

a violência que a mulher sofre está no seu dia a dia, incorporada e enraizada no imaginário social coletivo da nossa sociedade, de homens, mas também de mulheres, que legitimam a subordinação do sujeito feminino ao domínio do poder masculino.

As construções sociais sobre o feminino e o masculino estão tão entranhadas que mesmo nós, mulheres, as reproduzimos diariamente. Somos vítimas e algozes ao mesmo tempo. E no caso de Marize Castro, as constantes violências sofridas ocasionaram um adoecimento psíquico de tal forma que, além de tratamento psicológico, foi necessário buscar um acompanhamento psiquiátrico para fazer uso de medicamentos a fim de retomar suas atividades laborais. A entrevistada relatou que estar na reitoria do IFRN em alguns momentos era sufocante e demorou um grande período para conseguir voltar a esse espaço sem se sentir mal.

4.2.3 Atuar no IFRN

Sobre a atuação no IFRN, é unanimidade entre as entrevistadas o sentimento de realização profissional presente no ingresso na instituição. Diva Cunha, por exemplo, afirma que esse momento “representou uma grande conquista pessoal e um grande avanço profissional”. Segundo a entrevistada, o instituto é um lugar onde existem melhores condições de trabalho e valorização profissional, em termos de estrutura física e de reconhecimento docente.

Marize Castro, ao recordar-se do momento em que ingressou no IFRN, destaca que “não entendia a grandiosidade do IFRN na época (...), então foi muito mais pela segurança financeira” proporcionada pelo fato de ser servidora pública federal. Gonçalves (2010) explica que, para a mulher, ter seu próprio dinheiro é uma forma de libertação das amarras sociais, de forma que as decisões sobre o rumo de sua vida passam a ser dela. Ademais, mulheres que possuem liberdade financeira não se sentem, em geral, obrigadas a se submeter às vontades dos homens.

Geni Macedo contou que sua pretensão era atuar em uma universidade, porém sua entrada no IFRN exigiu um movimento de retrair rotas e avaliar quais eram suas prioridades, já que havia acabado de ser mãe. Inclusive, sobre o dia de fazer a prova

que culminou em sua aprovação, ela relata: “Foi um dilema para fazer o concurso, porque ele tinha um mês quando fui fazer a prova, saí daqui [e fui] no ônibus chorando, porque eu não queria deixá-lo aqui”.

Geni deixa claro em sua entrevista que, embora haja realização profissional, há um sofrimento em sua atuação desde que entrou na instituição, pois escolhas precisaram ser feitas para que pudesse executar suas atribuições da melhor maneira. Todos esses relatos estão em consonância com o defendido por Zibetti e Pereira (2010): sobrecarga psicológica, fadiga física ou *burnout*, bem como falta de tempo para lazer, descanso, sono e alimentação são algumas das repercussões da dupla jornada na saúde pessoal.

Além disso, segundo Lages, Detoni e Sarmiento (2023, p. 4), um dos reflexos da diferença de jornada de trabalho entre homens e mulheres é que “multiplicam-se ao redor do mundo pesquisas que apontam que as mulheres sofrem mais com o estresse do que os homens. Em todas as faixas etárias são elas as mais afetadas pelo problema”.

4.2.4 Atuar na gestão na reitoria do IFRN

Conforme discutido anteriormente, as pró-reitorias são chefiadas por pessoas indicadas pelo reitor eleito, de forma que há um sentido diferente atribuído ao ser pró-reitora quando comparado aos cargos cuja ocupação depende de eleição, como os das direções-gerais dos *campi* do IFRN. Todas as entrevistadas explicam que assumir o cargo de pró-reitoria é a comprovação de que os anos de trabalho na instituição valeram a pena.

No entanto, essas mulheres explicam que o aceite em ocupar esse espaço vem acompanhado de uma carga emocional em virtude do que consideram como “negligência da vida pessoal”. Zila Mamede afirma que em diversos momentos precisou ensinar as atividades escolares dos filhos por telefone, já que quase não os via. Enquanto isso, Geni Macedo relata a tristeza por ter perdido os primeiros anos de vida de um dos filhos em razão do cargo que ocupava. Aqui reside a sobrecarga psicológica que Zibetti e Pereira (2010) discutem e cujas consequências podem ser irreparáveis.

Além disso, o cuidado com a saúde física e mental dessas mulheres é prejudicada pela rotina exaustiva e pela falta de empatia dos demais servidores. Margarida Cavalcante e Marize Castro vivenciaram, durante o período no cargo, a perda de familiares próximos e, segundo elas, não obtiveram apoio institucional. Ambas relataram que estavam devastadas e, naquele momento, perceberam que foram vistas como meras engrenagens do sistema, cujas emoções não importavam.

Margarida Cavalcante conta que, durante um período em que esteve doente e recebeu recomendação médica para se afastar de suas atividades, ouviu em uma reunião que não era adequado o afastamento, já que estar em casa “sem fazer nada” poderia resultar em pensar ainda mais na doença; então, o melhor seria “ocupar a cabeça” com o trabalho – mesmo que não tivesse condições de trabalhar.

A violência sofrida por essas mulheres em nada pode ser classificada como sutil. É, como afirma Santos (2010), carregada de complexidade e subalternização do feminino. A humanidade parece ser característica inapropriada para as mulheres que atuam em cargos de gestão, posto que até o choro por perdas familiares ou dores físicas é visto como inadmissível. O desrespeito ultrapassa qualquer limite aceitável – se é que há algum.

Não surpreende nada que quatro das seis mulheres entrevistadas tenham pensado em desistir do cargo em algum momento. Risolete Fernandes afirma que em alguns momentos acreditou que “não conseguia mais aguentar a sobrecarga” e “não valia a pena tanto desgaste”. Zila Mamede explica que o que fez com que ela continuasse no cargo foi pensar: “eu não sou pró-reitora, eu estou pró-reitora, eu tenho uma temporalidade nisso. Tá acabando, tá acabando”. Tendo em vista essa sobrecarga física e psíquica, apenas duas mulheres enxergam alguma possibilidade de se candidatar à reitoria do IFRN.

Apesar de reconhecerem a grandiosidade de ver uma mulher no cargo mais alto da instituição e de fazerem da existência de outras mulheres pró-reitoras um fator de permanência no cargo, já que ter conhecimento delas faz com que pensem: “se ela conseguiu, eu também consigo”, como disse Zila Mamede, as mulheres entrevistadas que não enxergam a possibilidade de se candidatar à reitoria do instituto dizem querer um pouco mais de tranquilidade. Essa tranquilidade que tanto almejam, segundo elas, não é possível sendo mulher em um cargo de gestão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Retorno para mim/ e em mim toda/ desencontro já o meu regresso”. Assim como este estudo começou, com as palavras de Maria Tereza Horta, ele é finalizado e, nesse momento, parece fazer ainda mais sentido o sentimento de retornar para mim modificada pelas narrativas das protagonistas desta história. Não é possível, a meu ver, finalizar uma pesquisa com os mesmos sentimentos e as mesmas percepções que se iniciou, por isso, adiante “trago para fora/ o que é [era] secreto”.

Durante a construção narrativa presente neste estudo, utilizamos textos literários para reforçar o caráter político presente nestas páginas, e há uma intencionalidade na escolha desses textos. Iniciamos o diálogo com o aporte teórico através das palavras de Maria Teresa Horta, escritora portuguesa cuja obra trata de temas “inapropriados para mulheres”, quer seja a sexualidade e o erotismo feminino. Sendo assim, no primeiro momento já deixamos claro o teor disruptivo deste estudo.

Para finalizá-lo, utilizamos as palavras de Maya Angelou, poeta cuja vida foi permeada por conflitos e quebra de expectativas. Começando pelo marco de ser a primeira mulher a conduzir trens nos EUA, passando pela atuação em peças e musicais da Broadway e escrevendo um dos poemas mais lidos dos EUA, intitulado “Ainda assim eu me levanto” – tudo isso, sendo mãe aos 16 anos. A escolha por essa obra diz respeito à mensagem final que se deseja passar às pessoas que lerão este estudo: Ainda assim nós, mulheres, nos levantaremos sempre!

Ao iniciar este processo narrativo, as proposições centrais diziam respeito ao caráter feminista deste estudo e a intenção de ser um trabalho com centralidade na mulher não apenas no tocante ao objeto de estudo. Nesse sentido, tratou-se de um trabalho desenvolvido por uma mulher sob orientação de outra mulher, cujas protagonistas da pesquisa, as entrevistadas, foram mulheres, mas também com as referências bibliográficas femininas em sua maioria.

Além disso, promoveu um processo reflexivo durante o momento das entrevistas, a fim de que fossem desnudados alguns dos vários sentidos existentes na atuação das gestoras da reitoria do IFRN. O uso das Narrativas de Si e da Análise Textual Discursiva proporcionou essa reflexividade e o emergir do novo. Isso pode ser percebido na seguinte fala de Geni Macedo (2023):

a sua entrevista me fez perceber que, sim, eu sofri uma violência. De alguma forma eu sofri, sim, uma violência, e eu não tinha percebido que eu tinha

sofrido por ser mulher. Talvez eu não tivesse até hoje, até agora associado que aquela violência que eu sofri, porque foi uma violência psíquica, inclusive, muito, muito forte na minha vida... eu não tinha percebido que essa questão de gênero estava... é... embutida nela também.

Outras entrevistadas também relataram a mudança de percepção no ato da entrevista, como Margarida Cavalcante que, ao longo de sua fala, constatou pelo menos três momentos em que sofreu violência de gênero de forma muito clara. Dessa forma, esta pesquisa contribuiu para trazer luz às situações vivenciadas, inclusive no caso de mulheres que ainda têm dificuldades em identificar quando essas situações ocorrem.

As trajetórias profissionais das mulheres entrevistadas estiveram sempre atreladas à necessidade de fazer escolhas difíceis. Escolhas essas que, em sua maioria, não são preocupações para os homens, já que o fenômeno da dupla ou tripla jornada de trabalho afeta muito mais as mulheres. Enquanto para os homens há, naturalmente, uma estrutura que possibilita sua dedicação exclusiva ao espaço público, para a mulher essa estrutura é inexistente ou, quando existe, protagonizada por outras mulheres.

No caso das entrevistadas, essa estrutura existe, porém mediante a secundarização da vida de outras mulheres que abdicam de suas vidas em família em prol do êxito profissional das pró-reitoras. Além disso, é pertinente o vínculo existente entre essa rede de apoio: em geral são amigas ou familiares, ou seja, não há uma relação de trabalho e, portanto, atuam em regime de voluntariado motivado pela ligação afetiva com essas mulheres.

A exigência de disponibilidade dessas mulheres aumentou de forma considerável conforme foram subindo degraus na hierarquia do instituto, o que fez com que ficassem ainda mais ausentes de suas vidas e relações pessoais. Para além da maior necessidade de ter uma rede de apoio, essas mulheres passam por um processo de afastamento familiar, o que faz com que a gestão seja um processo muito solitário.

Apesar de compor um marco profissional para as mulheres entrevistadas, a ascensão ao cargo de gestão das pró-reitorias também caracteriza um momento delicado de suas carreiras. É, ao mesmo tempo, uma comprovação pública da qualidade de seu trabalho e o início do período em que precisam reforçar constantemente essa qualidade. Nesse sentido, não é surpresa que apenas duas das

seis mulheres entrevistadas visualizem a possibilidade de se candidatar ao cargo de reitora.

O cargo mais alto do instituto é visto por essas mulheres como sendo um espaço com carga mais política e menos estratégica – ao contrário das pró-reitorias. Sendo assim, estar em uma pró-reitoria seria mais fácil, de acordo com as entrevistadas, uma vez que dependem muito mais de suas habilidades. E, se estando em uma pró-reitoria já sofrem com a hostilidade, as entrevistadas visualizam um ambiente de trabalho muito difícil em um cargo tão político como o de reitora.

Pela história do instituto e pela conjuntura política e social em que estamos inseridos, as entrevistadas demonstram descrença no que diz respeito à possibilidade de existir uma reitora no IFRN nos próximos anos. Este estudo também demonstra essa impossibilidade, tendo em vista que o objetivo geral do trabalho foi confirmado. As relações de gênero interferem na trajetória pessoal e profissional das gestoras da reitoria do IFRN e atuam como uma barreira cujo objetivo é delimitar os espaços até onde as mulheres podem chegar.

A interferência das relações de gênero na trajetória profissional das mulheres, ocorre sobretudo quando as pró-reitoras, protagonistas deste estudo, são submetidas a situações de violência psíquica, o que não é tão incomum quando se trata de uma instituição cujas estruturas organizacionais, em especial os cargos de gestão, foram construídas por homens e para homens.

Outrossim, esta pesquisa revelou que episódios de violência e/ou preconceito de gênero são frequentes na reitoria do IFRN, fato é que todas as mulheres entrevistadas relataram pelo menos um momento em que se sentiram desconfortáveis, constrangidas ou mesmo violentadas no ambiente de trabalho. Ademais, as entrevistadas explicam que estão constantemente preocupadas com a imagem que estão transmitindo à comunidade acadêmica uma vez que, segundo elas, a cobrança sob esse viés é maior sobre as mulheres do que sobre os homens.

Quanto fala-se em imagem, há um leque de exigências às mulheres gestoras que ficam subentendidas nas relações de trabalho através de olhares julgadores. As entrevistadas explicaram que há uma cobrança sobre a roupa a ser usada no dia a dia e em eventos públicos, sobre o cabelo estar bem cuidado sempre, mas também sobre o comportamento esperado das mulheres que estão em um cargo de gestão. Portanto, espera-se que as gestoras falem calmamente e concordem com o que é

imposto pelos homens, caso contrário, como assinala Risolette Fernandes, são rotuladas de agressivas e “confuseiras”.

As situações em que as mulheres são submetidas à violência e/ou ao preconceito de gênero estão cada vez mais veladas, segundo as entrevistadas, uma vez que há um temor por parte dos agressores de sofrerem processos administrativos. No caso de servidores com mais tempo de instituição, logo, mais idade – o que deveria significar maior respeito por parte dos colegas – essa preocupação quase não existe, o que faz com que não tenham medo de constranger mulheres e/ou serem agressivos com elas. Esses são, portanto, os responsáveis por situações mais escancaradas de preconceito e/ou violência de gênero no instituto.

É importante salientar que o IFRN conta atualmente com alguns setores importantes para a proteção da integridade do servidor e da servidora. A exemplo disso, há a Comissão de Ética, a Coordenação de Apoio ao Servidor e a Unidade de Gestão de Integridade. Isso, no entanto, ainda parece insuficiente porque são frequentes os casos de assédio sofridos pelas mulheres gestoras da reitoria do instituto. Uma das entrevistadas conta que em discussões sobre o mapa de riscos do IFRN, está se tornando frequente a preocupação, em especial das mulheres, com situações de assédio no instituto.

É necessário discutir permanentemente as estruturas de poder presentes no IFRN e os determinismos presentes na instituição a fim de traçar estratégias para combater situações como as vivenciadas pelas mulheres entrevistadas. Apenas assim será possível construir um ambiente de trabalho saudável para homens e mulheres, onde os resultados de anos de trabalho sejam as realizações profissionais e os avanços institucionais sem a presença de traumas psicológicos entranhados nas mentes dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Essa realidade ainda parece distante, afinal como mudar as estruturas de uma instituição construída por anos sobre bases masculinas? Questionando, discutindo e acolhendo as vítimas de violência e/ou preconceito de gênero. Ademais, é necessário não nos calar diante dessas situações e continuar nos levantando e levantando outras mulheres diariamente. E, assim, sem nos darmos conta, estaremos levantando as inúmeras meninas e mulheres que virão a seguir.

REFERÊNCIAS

ABRAÃO, Maria Helena Menna-Barreto. (Auto)biográfico, um método possível de pesquisa? *In*: PASSEGGI, Maria da Conceição; VICENTINI, Paula Perin; SOUZA, Elizeu Clementino de (Orgs.). **Pesquisa (auto)biográfica**: narrativas de si e formação. Curitiba: CRV, 2013, p. 7-15.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: UNESP, 1998.

ANGELOU, Maya. **Poesia completa**. Bauru: Astral Cultural, 2020.

ARAÚJO, Marta Maria de; MARQUES, Tércia Maria Souza de Moura; PRAXEDES, Ana Luiza Medeiros Pires. A formação interdisciplinar da bibliotecária e educadora Zila da Costa Mamede (1928-1985). **Educ. Form.**, Fortaleza, v. 8, p. 1-21, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/11498>. Acesso em: 19 maio 2024.

ARCE, Alessandra. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, p. 167-184, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/KBkSjzMqRzJYD493bKxwVVw/?format=html>. Acesso em: 3 maio 2024.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu**, p. 213-254, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/bhnwWTmfWJLnKTxVLg4NbDJ/?lang=pt>. Acesso em: 3 maio 2024.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. A segunda escola profissional para o sexo feminino (Rivadavia Corrêa) do Distrito Federal ou a trajetória de sua diretora – Benevenuta Ribeiro (1913-1961). **Série-Estudos**, n. 25, p. 85-102, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v0i25.228>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. **A escola profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica**. 2003. 185f. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 dez. 2008,

Seção 1, p.1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. Lei n.º 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 dez. 1977, Seção 1, p.1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. Portaria n.º 1.015, de 21 de julho de 2011. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jul. 2011, Seção 1, p.38. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8526-portaria1015-220711-pdf&category_slug=julho-2011-pdf&Itemid=30192#:~:text=PORTARIA%20N%201.015%2C%20DE%2021%20DE%20JULHO%20DE%202011&text=1%20Instituir%20o%20Programa%20Nacional,em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20vulnerabilidade%20social. Acesso em: 14 dez. 2022.

BRILHANTE, Sebastiana Estefana Torres. **As percepções de gênero das docentes no curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte**. 2019. 102f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

BRUSCHINI, Cristina. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: COSTA, Albertina de O; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992, p. 289-319.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMPOS, Luna. Algumas notas de pesquisa sobre Flora Tristan: feminismo, socialismo e viagens. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 30-39, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/CESP/article/view/32865>. Acesso em: 4 nov. 24.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 16p., set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.

CAVALCANTE, Ilane Ferreira. Memória e identidade na formação de professores leitores: relato de uma experiência com a escrita memóriográfica. **Confluenze Rivista di Studi Iberoamericani**, Bologna, v. 5, n. 1, p. 194-203, 2013.

CIXOUS, Hélène. **O riso da Medusa**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31137/18227>. Acesso em: 11 maio 2024.

CURRAIS NOVOS, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Cultura. **Dados sobre os aspectos culturais de Currais Novos**. Currais Novos, 2022. Disponível em: <https://curraisnovos.rn.gov.br/currais-novos/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020, p. 127-153.

EICHLER, Margrit. **Nonsexist research methods: a practical guide**. Nova York: Routledge, 1988.

ESTEBAN, Maria Paz Sadin. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGGH, 2010.

FANINI, Angela Maria Rubel; AMARAL, Jucélia; SANDRINI, Paulo Henrique da Cruz. Maya Angelou: biografia e crônica social em Eu sei por que o pássaro canta na gaiola. **Revista Criação & Crítica**, São Paulo, n. 27, p. 163–181, 2020. DOI: 10.11606/issn.1984-1124.i27p163-181. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/171161>. Acesso em: 8 abr. 2024.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FELGUEIRAS, Ana Cláudia Leal. Breve Panorama Histórico do Movimento Feminista Brasileiro: das Sufragistas ao Ciberfeminismo. **Revista Digital Simonsen**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 108-121, 2017. Disponível em: <https://www.simonsen.br/revista-digital/wp-content/uploads/2017/05/montagem-da-revista-Reparado111.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2024.

FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz; TABOSA, Wyllys Abel Farkatt. **Instituto Federal: uma organização composta de organizações**. Natal: IFRN, 2018.

FERRAROTTI, Franco. **O método biográfico nas Ciências Sociais**. Natal: EDUFRN, 2014.

FERREIRA, Edimara Maria; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano; FERREIRA, Marco Aurelio Marques. Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior. **Revista Katálisis**, Santa Catarina, v. 25, p. 303-315, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/LvwKpGwBpzfTFtZkS3MygsL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 maio 2024.

FERREIRA, Luiz Otávio et al. Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 43-71, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/X9xgqgRXDj3zhTbr56QgknB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 maio 2024.

FLORES, Conceição (Org.). **O sentido das coisas**. Natal: Jovens Escribas, 2015.

FLORES, Conceição; CAVALCANTE, Ilane Ferreira. Insurgências femininas na poesia de língua portuguesa a partir dos anos 1970. **Revista Cronos**, Natal, v. 23, n.

1, p. 43–59, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/34435>. Acesso em: 2 nov. 2023.

FLORESTA, Nísia. Direitos das mulheres e injustiça dos homens. *In*: DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010, p. 81-107.

FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. *In*: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p.510-553.

FREIRE, Eleta de Carvalho. Mulher no magistério: uma história de embates entre espaço público e espaço privado. **Revista Lugares de Educação**, Bananeiras/PB, v. 1, n. 2, p. 239-256, 2011.

FREITAS, Patrícia Fernandes Lazzaron Novais Almeida Freitas. **A presença feminina nos espaços de poder da reitoria do Instituto Federal**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2017.

FURTADO, Zelma Bezerra; FERREIRA, Kacianni de Souza (Orgs.). **Presença da mulher na literatura do Rio Grande do Norte**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GISLOTI, Laura Jane *et al.* Perfil e percepções de futuras educadoras do campo a partir do ingresso em Universidade Pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, 19p. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/gqRwTTzxqH4VHy9LwQ4cJTM/>. Acesso em: 3 maio 2024.

GONÇALVES, Eliane. Remar o próprio barco: a centralidade do trabalho no mundo das mulheres sós. **Cadernos Pagu**, Campinas, p. 235-268, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/RPhyk7KpSstC4XXZZDT9Mcb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2024.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira. **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, 263p.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2008.

HORTA, Maria Teresa. **Minha senhora de mim**. Lisboa: Dom Quixote, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Portal Cidades**: Currais Novos. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/currais-novos/panorama>. Acesso em: 15 mar. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Anexo II à Resolução n.º 31/2016**. Dispõe sobre a Estrutura Organização de Referência do IFRN. CONSUP, 2016. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/11066/Anexo_a_Resolucao_no_31_2016-CONSUP_-_ANEXO_II_-_Organograma_FKgowsb.pdf. Acesso em: 11 maio 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Relatório de gestão 2023**. CONSUP, 2024. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/13037/Relatório_de_Gestão_2023.pdf. Acesso em: 11 maio 2024.

INCERTI, Tânia Gracieli Vega; CASAGRANDE, Lindamir Salete. Discutindo gênero na educação profissional e tecnológica: conquistas, desafios, tabus e preconceitos. **Cadernos Pagu**, Campinas, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/sqTCxk8VxCKpYtn7Wm9hpHv/>. Acesso em: 3 maio 2024.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: DE PAIVA ABREU, Alice Rangel; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017, p. 17-26.

LAGES, Sônia Regina Corrêa; DETONI, Carolina; SARMENTO, Sandra Carrato. O preço da emancipação feminina: uma reflexão sobre o estresse gerado pela dupla jornada de trabalho. **Revista Estação Científica**, Juiz de Fora, v. 1, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/estacaocientifica/article/view/2549>. Acesso em: 03 maio 2024.

LIMA, Rita de Lourdes de. **Os assistentes sociais e a questão da subalternidade profissional**: reflexões acerca das representações sociais do ser mulher e do Serviço Social. 2005. 365f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

LOUREIRO, Paula; CARDOSO, Carlos Cabral. O gênero e os estereótipos na gestão. **Revista de Estudos Politécnicos**, Barcelos, v. 6, n. 10, p. 221-238, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 443-481.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARTINS, Alane Mendes; RIOS, Pedro Paulo Souza; VIEIRA, André Ricardo Lucas. Relações de gênero na gestão escolar: a dicotomia entre mulheres e homens no cargo de diretora/diretor escolar. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES (ENFOPE), 9, Tiradentes, **Anais [...]** Universidade Federal de Tiradentes/MG, v. 9, n. 1, 9 p., 2016. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/post/relacoes-de-genero-na-gestao-escolar-a-dicotomia-entre-mulheres-e-homens-no-cargo-de-diretoradiretor-escolar>. Acesso em: 4 nov. 24.

MARTINS, Angela Maria Souza. Análise histórica das práticas educativas da Escola Rivadávia Corrêa de 1913 à década de 1950. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7, Mato Grosso, **Anais [...]** Universidade Federal de Mato Grosso, v. 6, p. 1-15, 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1I3Glxdsp1uu6JBFpAuGmaF7JDaRZ2XTs>. Acesso em: 4 nov. 24.

MELO, Francymonni Yasmim Marques de. "Gênero e cargos de comando: uma análise da participação feminina na composição do secretariado estadual do Rio Grande do Norte". *In*: BRASIL, Deusimar Freire et al (Org.). **Autonomia econômica de mulheres: dados, contribuições e estratégias para a inserção e permanência das mulheres do Rio Grande do Norte no mundo do trabalho**. Natal: Caule de Papiro, 2018, p. 197-216.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 12, p. 117-128, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wvLhSxkz3JRgv3mcXHBWSXB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 nov. 24.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/poescrito/article/view/18875/12399>. Acesso em: 4 nov. 24.

MOTTA, F. C. P. Masculino e feminino nas organizações. *In*: ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV EAESP). **Relatório de Pesquisa**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas e Publicações, 2000, 90p.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá/PR, v. 11, p. 647-654, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/NGxmf9MK4wBdpJ7twQzvfYM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 nov. 24.

OLIVEIRA, Laís Paula Rodrigues de; CASSAB, Latif Antonia. O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. *In*: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 3, Londrina, **Anais [...]** Universidade Estadual de Londrina, p. 1-8, 2014. Disponível em: https://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_La%C3%ADs%20Paula%20Rodrigues%20de%20Oliveira%20e%20Latif%20Cassab.pdf. Acesso em: 4 nov. 24.

PARGA, Erica Jordane de Souza; SOUSA, Jimi Hendrex Medeiros de; COSTA, Maria da Conceição Nascimento. Estereótipos e preconceitos de gênero entre estudantes de enfermagem da UFBA. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 14, n. 1, p. 111-118, abril 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/1776/1/3846-9292-1-PB.pdf>. Acesso em: 9 maio 2024.

PASSEGGI, Maria da Conceição; SOUZA, Elizeu Clementino de. O movimento (auto)biográfico no Brasil: esboço de suas configurações no campo educacional. **Investigação Qualitativa**, São Paulo, v. 2, p. 6-26, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317673701_O_Movimento_AutoBiografico_no_Brasil_Esboco_de_suas_Configuracoes_no_Campo_Educacional. Acesso em: 9 dez. 2022.

PASSOS, Úrsula. O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago, diz Silvia Federici. **Folha de São Paulo**, 14 out. 2019. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/o-que-eles-chamam-de-amor-nos-chamamos-de-trabalho-nao-pago-diz-silvia-federici/>. Acesso em: 19 maio 2024.

PÉRIVIER, Hélène. **A economia feminista: por que a ciência econômica precisa do feminismo e vice-versa**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

PESSOA, Maria Fernanda; VAZ, Daniela Verzola; BOTASSIO, Diego Camargo. Viés de gênero na escolha profissional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 51, p. 1-22, 2021. Disponível: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/8400>. Acesso em: 3 maio 2024.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, p. 15-23, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 abr. 2024.

POUBEL, Natália Salomé; PEREIRA, Vinícius Carvalho. Quantas Marias há na lírica de Maria Teresa Horta: uma questão de performance. **Scripta Uniandrade**, Curitiba, v. 18, n. 1, p. 181-195, 2020. Disponível em: <https://revistahom.uniandrade.br/index.php/ScriptaUniandrade/article/view/1631/123>. Acesso em: 29 abr. 2024.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 578-606.

RAGO, Margareth; Moreira, Eduardo. **O que é taylorismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

REIS, Fabiana de Arruda Resende. **O ensino profissionalizante (feminino) no Brasil: uma análise da escola profissional feminina Nilo Peçanha (Campos, Rio de Janeiro, 1922–1930)**. 2013. 142f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2013.

REIS, Fabiana de Arruda Resende; MARTINEZ, Silvia Alicia. O ensino profissional feminino no Brasil: uma análise da escola profissional feminina Nilo Peçanha (Campos, Rio de Janeiro, 1922–1930). **A Cor das Letras**, v. 12, n. 1, p. 27-45, 2012. Disponível em:

<http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1465/pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)**. São Paulo: Hucitec Editora, 2011.

ROCHA, Elaine Pereira. **Introdução**: o início do feminismo no Brasil: subsídios para história. Brasília: Ed. Câmara, 2021, p. 11-19.

ROMANOWSKI, Joana e ENS, Romilda T. As pesquisas denominadas do tipo Estado da Arte em Educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf>. Acesso em: 4 nov. 24.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTANA, Ana Paula Palheta. **Entre discursos e fatos: gênero e gestão na Rede Federal**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2021.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 35-50, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QVnKzsbHFngG9MbWCFPPCv/>. Acesso: em 3 maio 2024.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/257862/000037108.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 maio 2024.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: 'ser cientista' e 'ser mulher'. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 20, p. 449-466, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wNkT5PBqydG95V9f4dJH4kN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 maio 2024.

SILVA, Sergio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, p. 556-571, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/rzhdT5gCxpq8sfQm4kzWZCw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 9 maio 2024.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 97-117, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mJxm348crdgLd4mgqnwMHcd/abstract/?lang=pt>. Acesso em 29 abr. 2024

TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins; FREITAS, Marcel de Almeida. Mulheres na docência do ensino superior em cursos de física. **Ensino Em Re-Vista**, Uberlândia, v. 21, n. 2, p. 329-340, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/28029/15436>. Acesso em: 11 maio 2024.

UNGHERI, Bruno Ocelli *et al.* Educação Física, gênero e mercado de trabalho: percepções de mulheres sobre a futura área de atuação profissional. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1-17, 2022. Disponível: <https://www.scielo.br/j/tes/a/mTFDFSPy4wstkZXshZ5WpLh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 maio 2024.

VAZ, Daniela Verzola. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, p. 765-790, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/FSfpH9NQg6qHy3Hky8tCXyt/>. Acesso em: 02 maio 2023.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto; PEREIRA, Sidnéia Ribeiro. Mulheres e professoras: repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente. **Educ. Rev.**, Curitiba, n. 2, p. 259-276, 2010. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602010000500016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2024.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esclarecimentos

Convidamos você para participar da pesquisa “Relações de gênero e gestão: um estudo sobre a presença feminina na reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (2009-2023)” coordenada pela **pesquisadora** Kelly Aline Hipólito de Medeiros e que segue as recomendações das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Caso decida aceitar o convite, o(a) sr(a). será submetido(a) ao seguinte procedimento: entrevista, cuja responsabilidade de aplicação é da pesquisadora Kelly Aline Hipólito de Medeiros, estudante do Curso de Mestrado em Educação Profissional do IFRN, *Campus* Natal Central. As informações coletadas serão organizadas em banco de dados em programa estatístico e analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e inferencial. Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender se as relações de gênero interferem na trajetória profissional das mulheres gestoras da reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio (IFRN). E como objetivos específicos: a) conhecer a trajetória das mulheres que atuam ou já atuaram em cargos de gestão na reitoria do IFRN; b) compreender a trajetória pessoal e profissional das gestoras que atuam/atuaram na reitoria do IFRN à luz de seus relatos; c) identificar a perspectiva que as mulheres gestoras apresentam acerca das relações de gênero na sua trajetória dentro da instituição.

O benefício desta pesquisa consiste em compreender se as relações de gênero interferem na trajetória profissional de mulheres que atuam e/ou já atuaram na reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Com isso, espera-se contribuir para a produção do conhecimento sobre relações de gênero na gestão do IFRN, bem como, a longo prazo, com a melhoria das condições de trabalho das mulheres do instituto.

Os riscos que o participante da pesquisa estará exposto são de desconforto ao responder às perguntas, cansaço e/ou desânimo durante a coleta de dados e

exposição de informações construídas na entrevista. Esses riscos serão minimizados mediante: a) garantia do anonimato/privacidade do participante na pesquisa, pois não será necessária a identificação do nome, nem de outros dados como telefone ou e-mail pessoais – para manter o sigilo e o respeito ao participante da pesquisa, o questionário será aplicado pela discente Kelly Aline Hipólito de Medeiros e somente ela e a pesquisadora responsável poderão manusear e guardar os dados; b) sigilo das informações por ocasião da publicação dos resultados, considerando que não serão divulgados dados que identifiquem o participante; c) garantia de que o participante se sinta à vontade para responder aos questionários; e d) anuência das instituições de ensino para a realização da pesquisa.

Os dados coletados serão, ao final da pesquisa, armazenados de forma digital, em pen-drive protegido com senha, e guardados por, no mínimo, cinco anos sob a responsabilidade da pesquisadora responsável (Kelly Aline Hipólito de Medeiros), em armário fechado com chave, no Instituto Federal do Rio Grande do Norte, *Campus* Natal Central, a fim de garantir a confidencialidade, a privacidade e a segurança das informações coletadas, e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes e o responsável. Cabe ressaltar que os cuidados com a pesquisa seguem todas as orientações da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei n.º 13.709/2018).

Você ficará com uma via original deste TCLE e toda dúvida que tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para a pesquisadora Kelly Aline Hipólito de Medeiros, do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, *Campus* Natal Central, no endereço rua Cafelândia, 555, Pitimbu, Natal, RN, CEP: 59068-610, pelo telefone (84) 99188-8558 e e-mail: kellyalinem@gmail.com.

Dúvidas a respeito da ética desta pesquisa poderão ser questionadas ao **Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-IFRN)**, na Avenida Rio Branco, 743, salas 73 e 74, Cidade Alta, Natal, RN, CEP 59025-003, fone: (84) 4005-0950/(84) 4005-0951, horário de atendimento: 8h às 12h, de segunda-feira a sexta-feira.

Se para o participante houver gasto de qualquer natureza, em virtude da sua participação neste estudo, é garantido o direito à indenização (Res. 466/12 II.7) – cobertura material para reparar danos – e/ou ressarcimento (Res. 466/12 II.21) – compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação – sob a responsabilidade da pesquisadora Kelly Aline Hipólito de Medeiros.

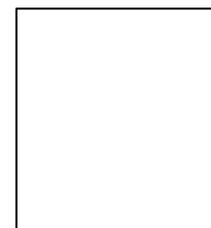
Não será efetuada nenhuma forma de gratificação por sua participação. Os dados coletados farão parte do nosso trabalho, podendo ser divulgados em eventos científicos e publicados em revistas nacionais ou internacionais. A pesquisadora estará à disposição para quaisquer esclarecimentos durante todo o processo de desenvolvimento deste estudo. Após todas estas informações, agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Consentimento Livre

Concordo em participar da pesquisa “Relações de gênero e gestão: um estudo sobre a presença feminina na reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (2009-2023)”. Declaro, para os devidos fins, que fui devidamente esclarecido(a) quanto aos objetivos da pesquisa, procedimentos aos quais serei submetido(a) e possíveis riscos que possam advir de tal participação. Foram garantidos a mim esclarecimentos que possa vir a solicitar durante a pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa ou a minha família. Autorizo, assim, a publicação dos dados da pesquisa, a qual me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

Natal, / / .

Assinatura do Pesquisador



Assinatura do Participante

Aluna Kelly Aline Hipólito de Medeiros (Aluna-pesquisadora – Pesquisadora Responsável) – Aluna do Curso de Pós-graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), *Campus Natal*

Central, no endereço Avenida Senador Salgado Filho, n. 1559 , Tirol, CEP 59015-000, Natal, RN. Tel. (84) 4005-9800.

Professora Dra. Ilane Ferreira Cavalcante (Orientadora da Pesquisa) – Professora do curso de Pós-graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), *Campus* Natal Central, no endereço Avenida Senador Salgado Filho, n. 1559 , Tirol, CEP 59015-000, Natal, RN. Tel. (84) 4005-9800.

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-IFRN) – Avenida Rio Branco, 743, salas 73 e 74, Cidade Alta, Natal, RN, CEP 59025-003. Tel. (84) 4005-0950/(84) 4005-0951, horário de atendimento: 8h às 12h, de segunda-feira a sexta-feira.

APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE ÁUDIO

Eu _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios desta pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade de gravação de áudio produzido por mim, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), **AUTORIZO**, através do presente termo, as pesquisadoras Kelly Aline Hipólito de Medeiros e Ilane Ferreira Cavalcante, do projeto de pesquisa intitulado “Relações de gênero e gestão: um estudo sobre a presença feminina na reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte”, a realizar captação de áudios que se façam necessários sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização desses áudios (e suas respectivas cópias) para fins científicos e de estudos (livros, artigos, monografias, TCC's, dissertações ou teses, além de slides e transparências), em favor das pesquisadoras acima especificadas, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (ECA, Lei n.º 8.069/1990), dos idosos (Lei n.º 10.741/2003), das pessoas com deficiência (Decreto n.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto n.º 5.296/2004) e da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/2018).

Natal, _____ de _____ de 2023.



IMPRESSÃO DATILOSCÓPICA

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável

*Este documento deverá ser elaborado em duas vias, das quais uma via deverá ficar com o participante da pesquisa e a outra com o pesquisador responsável.

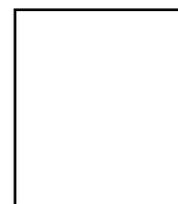
APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM

Eu _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios desta pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade de gravação de áudio produzido por mim, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), **AUTORIZO**, através do presente termo, as pesquisadoras Kelly Aline Hipólito de Medeiros e Ilane Ferreira Cavalcante, do projeto de pesquisa intitulado “Relações de gênero e gestão: um estudo sobre a presença feminina na reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte”, a realizar captação de áudios que se façam necessários sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização desses áudios (e suas respectivas cópias) para fins científicos e de estudos (livros, artigos, monografias, TCC's, dissertações ou teses, além de slides e transparências), em favor das pesquisadoras acima especificadas, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (ECA, Lei n.º 8.069/1990), dos idosos (Lei n.º 10.741/2003), das pessoas com deficiência (Decreto n.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto n.º 5.296/2004) e da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/2018).

Natal, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do participante da pesquisa



IMPRESSÃO DATILOSCÓPICA

Assinatura do pesquisador responsável

*Este documento deverá ser elaborado em duas vias, das quais uma via deverá ficar com o participante da pesquisa e a outra com o pesquisador responsável.

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA

O roteiro de entrevista foi elaborado em estrutura semelhante à proposta por Seidman (2006, p.17), porém com o acréscimo de um eixo conclusivo para a entrevista. Sendo assim, está dividido em quatro eixos, sendo eles: Eixo 1: Apresentação do estudo, identificação e histórico pessoal (acadêmico/profissional) da entrevistadora; Eixo 2: Conhecer o perfil pessoal e profissional das entrevistadas; Eixo 3: Reflexões sobre o significado da experiência; Eixo 4: Reflexões finais e agradecimentos.

	Objetivo	Questões da entrevista
Eixo I - Apresentação do estudo e da entrevistadora.	Apresentar o estudo, o método de coleta dos dados e a entrevistadora.	<p>Meu nome é Kelly Aline Hipólito de Medeiros, estou realizando o Curso de Mestrado em Educação Profissional, no PPGEPI/IFRN, sob a orientação da professora Dra. Ilane Ferreira Cavalcante. A investigação proposta tem como finalidade compreender se as relações de gênero interferem na trajetória profissional de mulheres que atuam ou já atuaram na reitoria do IFRN.</p> <p>Para que a investigação possa se concretizar, agradeço a possibilidade de realização desta entrevista, instrumento que me permitirá recolher os dados que possibilitarão a análise e a reflexão sobre a temática. Para garantir a veracidade do seu testemunho, gostaria de proceder à gravação da entrevista, pelo que agradeço a sua autorização prévia para tal.</p> <p>Peço que considere a entrevista como uma conversa natural, cuja confidencialidade me comprometo a garantir. Ao término da investigação, comprometo-me ainda a dar feedback sobre os resultados.</p>

<p>Eixo II – Perfil das entrevistadas.</p>	<p>Elaborar o perfil das entrevistadas.</p> <p>Conhecer a vida pessoal e a formação profissional da entrevistada e seu percurso até a função na reitoria do IFRN.</p>	<ol style="list-style-type: none">1. Fale sobre você: sua idade, como se identifica em termos de etnia, orientação sexual, estado civil, e a constituição de sua família.2. E sua formação profissional? Como se deu? Como foi sua entrada na profissão? Primeiros empregos, por exemplo.3. E sua entrada no IFRN? Quando ocorreu e o que representou para você?4. Quando você entrou na pró-reitoria? O que a motivou a assumir essa função? Quanto tempo atuou?5. E a vida pessoal nesse processo de assumir uma responsabilidade profissional tão grande? Como foi conciliar a rotina familiar e a profissional? Você tinha alguma rede de apoio? Profissionais que ajudassem na vida pessoal?
--	---	---

<p>Eixo III – O significado das experiências das entrevistadas.</p>	<p>Compreender os desafios enfrentados no percurso profissional das entrevistadas.</p> <p>Refletir sobre as questões de gênero no percurso profissional das entrevistadas.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fale um pouco sobre o seu percurso profissional no IFRN. 2. Quais os principais desafios que você encontrou no seu percurso profissional no IFRN? 3. O que representou, para você, assumir um cargo na reitoria? Quais eram as suas perspectivas? 4. Quais as dificuldades pessoais e profissionais encontradas por você no desenvolvimento de suas atividades no cargo? 5. Há algum episódio relevante de seu percurso profissional que você gostaria de destacar? 6. O fato de ser mulher, para você, pode ter interferido, de alguma forma, no seu percurso profissional e no exercício de suas funções na reitoria? 7. Você acredita que há diferenças para homens e para mulheres ao ocupar um cargo na reitoria? 8. Como é sua relação com as suas equipes de trabalho, com subordinados(as), por exemplo? 9. Você acha que as relações de gênero podem interferir nas relações de trabalho? Você conhece algum episódio que remonte a esse tipo de experiência, por exemplo? 10. Você acha que há preconceito de gênero no ambiente de trabalho no IFRN? 11. E na sua atuação na gestão, você vivenciou algum tipo de preconceito de gênero no IFRN ou em outras instâncias, no diálogo com outras instituições, por exemplo?
---	--	---

		<p>12. Em algum momento pensou em desistir do cargo na reitoria? (Se sim, por que razão?)</p> <p>13. O que compreende por violência de gênero?</p> <p>14. Em algum momento sofreu ou presenciou alguma mulher sofrer violência de gênero no Instituto? Se sim, poderia me relatar?</p> <p>(Caso a entrevistada tenha respondido sim para a pergunta anterior, perguntar: Você sabe se alguma providência foi tomada quanto à situação relatada?)</p>
<p>Eixo IV – Reflexões finais e agradecimentos.</p>	<p>Abrir espaço para uma reflexão final sobre as memórias profissionais abordadas.</p> <p>Agradecer às entrevistadas.</p> <p>Reafirmar o compromisso de confidencialidade.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Para finalizar, deixo a palavra aberta para suas considerações gerais. 2. Por exemplo, você poderia fazer uma reflexão geral sobre a presença feminina (incluindo a sua presença) na gestão geral do IFRN? 3. Você gostaria ainda de falar um pouco sobre o que a nossa entrevista suscitou quanto ao gênero, sobre a sua presença às questões de gênero, sobre a presença da mulher na gestão geral, na reitoria, sobre o seu percurso? <p>Gostaria de agradecer por sua disponibilidade em participar desta pesquisa.</p> <p>Reitero o nosso compromisso de manter o sigilo sobre sua identidade, conforme consta no Termo de Confidencialidade que já foi assinado. Reforço também que os resultados obtidos através da pesquisa serão disponibilizados por meio da divulgação e possível publicação da dissertação em e-book e da publicação de artigos científicos em periódicos especializados. Além disso, os resultados serão encaminhados às entrevistadas após a finalização e defesa da dissertação.</p>

Documento Digitalizado Restrito

Dissertação

Assunto: Dissertação
Assinado por: Josias Oliveira
Tipo do Documento: Documento Informativo
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Restrito
Hipótese Legal: Informação Pessoal (Art. 31 da Lei no 12.527/2011)
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Josias Nonato de Oliveira, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 18/12/2024 13:32:34.

Este documento foi armazenado no SUAP em 18/12/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 2010973

Código de Autenticação: 9a6901e91e

